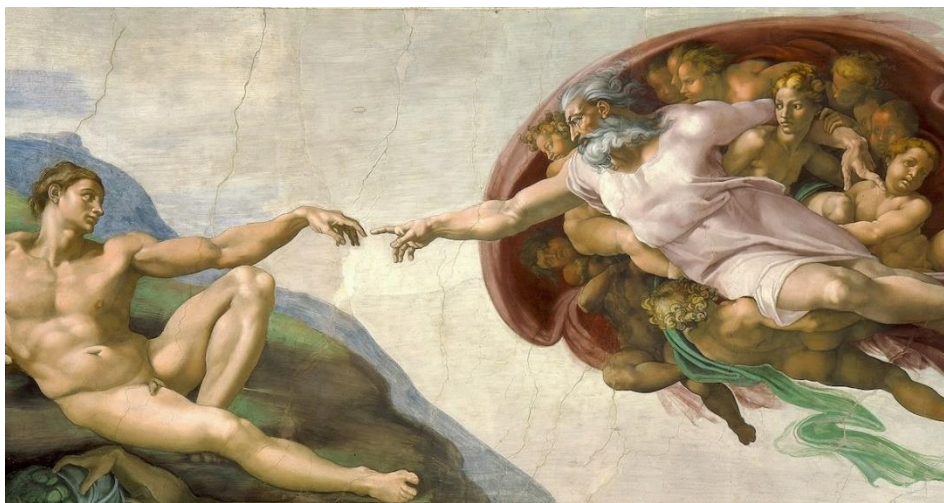


O Credo Cristão – 1700 anos depois do Concílio de Niceia

São 12 (doze) os textos sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.



Michelangelo, Criação de Adão (pormenor). Capela Sistina, Vaticano, 1508-1512.

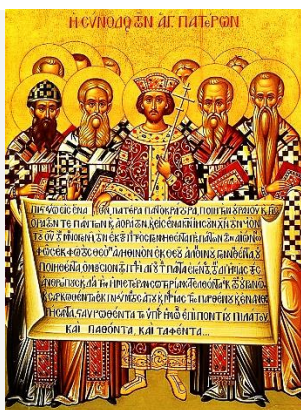
Como o 7MARGENS já referiu várias vezes, assinalam-se este ano os 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), que definiu aquele que viria a ser o Credo cristão, que ainda hoje é proclamado praticamente por todos os cristãos do mundo, sejam eles católicos, ortodoxos, protestantes, anglicanos, evangélicos ou de outras correntes. A esse propósito, e depois de termos publicado um ensaio do pastor Joel Lourenço Pinto, da Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal e da Igreja Reformada Suíça, publicamos a partir de hoje uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.

Partindo da Bíblia, da história e dos contextos culturais, é essa reflexão pessoal também em forma de ensaio que aqui se oferece a partir de hoje, diariamente, em doze textos, tantos quantos os artigos do Credo dos Apóstolos.

NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (1)

Creio em Deus Pai – uma imagem revolucionada

Vítor Rafael | 10/08/2025



Ícone representando o Concílio de Niceia.

O Credo Apostólico dos cristãos, também conhecido por Símbolo dos Apóstolos, cuja versão grega utilizamos, aparece pela primeira vez no ano de 341 num texto do bispo Marcelo de Ancira. Uma lenda muito antiga conta que cada uma das suas doze declarações tinha tido origem nos próprios Apóstolos de Jesus, daí o seu nome. Não se conhecem registos escritos deste credo anteriores ao primeiro Concílio de Niceia que ocorreu no ano de 325, embora se saiba que pelo menos parte do mesmo era já utilizado como fórmula batismal dos novos catecúmenos. Pensa-se igualmente que o mesmo tenha sido formulado em resposta a várias heterodoxias (ou diferentes doutrinas que a maioria da Igreja adjetivará de heresias) que coexistiam com as doutrinas fundamentais adotadas e aceites pela grande maioria das igrejas de então.

O texto traduzido e no final exposto, terá sido já usado a partir da primeira metade do segundo século, podendo-se verificar que o mesmo ainda não apresenta artigos que remetam para uma cristologia ou pneumatologia mais avançada conforme definidas mais tarde, como a afirmação da divindade de Jesus e do Espírito Santo. A própria complexa doutrina da Trindade não é ainda objeto de discussão. A importância deste texto é, na opinião de alguns, devida à sua simplicidade e beleza, a enorme possibilidade que o mesmo pode oferecer como contributo para uma releitura e afirmação da nossa fé cristã num contexto cultural contemporâneo já por si próprio tão adverso a imposições dogmáticas e doutrinas religiosas.

Apesar de não se poder igualar com o atual o contexto primordial em que o mesmo foi formulado, não deixa de ser importante verificar a extrema iliteracia que existia entre a esmagadora maioria da população greco-latina de então – e daí a importância e exigência da declamação pública do Credo pelo catecúmeno para o arrolamento do mesmo no seio da Igreja e posterior recitação regular do mesmo na liturgia. Ironicamente, e constatando-se agora nas gerações mais recentes uma enorme iliteracia no que se refere aos pontos fundamentais da fé cristã, não deixa de ser relevante o enorme contributo propedêutico do credo para os dias de hoje.

Mas como, e conforme já referido, adequar ou melhor transmitir o cerne da fé cristã a esta geração pós-moderna? Vivemos agora, como afirmou um famoso teórico e filósofo da modernidade, como se o futuro não existisse, em que o normal é ser instável e imprevisível: o que sabemos hoje, amanhã já não servirá. O próprio conhecimento, devido ao enorme volume de informação sem limites que processamos diariamente através dos meios digitais, encontra-se agora mais do que nunca diluído num mar de relativismos e de incertezas.



A Sinaxis dos Doze Apóstolos, Rússia, século XIV, Museu de Moscovo

Até o conhecimento teológico não foge à regra e afigura-se agora mais do que nunca difuso, onde muitos dos pontos doutrinários e dogmáticos se debatem agora entre discursos rígidos e fundamentalistas e os que advogam uma leitura mais pragmática e existencialista da vida cristã. Talvez uma das soluções para este dilema, seja a adoção de uma fé mais simplista tal como a que seria exposta no símbolo dos Apóstolos. A maioria das confissões cristãs, mercê de sucessivos concílios e de séculos de inquirição, senão de especulação filosófica e teológica, acabará por acumular toneladas de papel para tentar afinal transmitir o que seria a simplicidade do anúncio do evangelho do nosso Senhor. E como se ainda não fosse suficiente, assistiu-se ainda, principalmente a partir da Reforma Protestante, a uma imensa proliferação de divisões e de denominações no seio da cristandade, fomentadas essencialmente através de diferenças doutrinárias. Ao longo de doze artigos, iremos expor cada ponto do símbolo dos Apóstolos, meditando e discutindo cada uma das suas sentenças, procurando que o Espírito Santo nos ajude a melhor transmitir e adequar a simplicidade da nossa fé a esta nossa presente geração. Teremos de ter sempre em mente que a Revelação em si mesma é a Pessoa do nosso Senhor e Salvador Jesus, o qual nos revela verdadeiramente a Sua

graça e o amor do Pai através da ação do Espírito Santo. Não nos conduziremos por caminhos que nos apontem para interpretações de teor dogmáticas ou absolutistas, até porque a Verdade, sendo ela mesmo a pessoa do Senhor Jesus, induz-nos a uma relação de profunda intimidade com Ele mesmo. A nossa caminhada será, parafraseando Brian McLarem, feita caminhando com o Senhor, até porque Ele mesmo promete estar ao nosso lado fazendo-nos até arder o coração, queimando e libertando-o de tudo aquilo que possa ser todo e qualquer empecilho à nossa comunhão com Ele e com os nossos irmãos.

O Símbolo dos Apóstolos

1. Creio em Deus Pai, todo-poderoso, Criador do céu e da terra;
2. E em Jesus Cristo, um só seu Filho (seu único Filho), Nosso Senhor,
3. Que foi concebido pelo poder do Espírito Santo, nasceu de Maria Virgem;
4. Padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado;
5. Desceu aos infernos, ressuscitou ao terceiro dia;
6. Subiu ao Céu, está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso,
7. De onde há de vir a julgar os vivos e os mortos.
8. Creio no Espírito Santo,
9. Na Santa Igreja Católica (Universal), na comunhão dos Santos,
10. Na remissão dos pecados,
11. Na ressurreição da carne,
12. Na vida eterna.

Creio em Deus Pai, todo-poderoso, Criador do céu e da terra



Creio em Deus.

Contrariamente à grande maioria das declarações de fé usadas pelos cristãos da antiguidade e que geralmente se iniciavam com um “Nós acreditamos”, o Credo inicia-se com uma afirmação pessoal: “eu creio em Deus”. Conforme já afirmado na introdução, o Credo é essencialmente uma profissão pessoal de fé pública pelo catecúmeno no ato do batismo antes de entrar no seio da Igreja do Senhor. A crença num Deus único, tal como professada pelo judaísmo, era considerada crime (ateísmo) na antiguidade greco-romana e incorriam nele todos quantos se recusassem a adorar o panteão dos deuses nacionais, inclusive o imperador. A crença num Deus único e pessoal, criador de todo o universo, foi na realidade uma autêntica revolução cultural nos primórdios do cristianismo. Mas este “Creio em Deus” era mais do que uma asserção intelectual, de uma simples declaração fé na sua existência: o catecúmeno devia abandonar-se completamente e sem quaisquer condições nas suas mãos.

Nestes tempos modernos, a crença em Deus encontra-se muito difusa e até quase inexistente entre as camadas mais jovens da nossa sociedade. Como podemos acreditar em Deus quando presenciamos tantas injustiças, tanto sofrimento? Porque permite Ele o sofrimento? Mas o consumismo e o hedonismo extremos a que muitos se entregam também procuram retirar Deus, pelo menos como Ele é entendido e experimentado, da sua vida privada e pública. As imagens negativas acerca de Deus, e elas são imensas, inundam também o imaginário dos homens e mulheres nesta sociedade secular já por si tão complexa.

Anselmo Borges, ao jeito provocatório, publicou há tempos um livro da sua autoria com o título *Deus Tem Futuro?* Para muitos que não creem, a pergunta não faz muito sentido, mas a questão permite certamente a possibilidade de reflectir acerca de Deus, se Ele é ainda relevante para a sociedade contemporânea. Precisamos urgentemente de ser resgatados dessas imagens erroneamente construídas acerca do nosso Deus, como o afirma o teólogo Andrés Torres Queiruga. Mas a tarefa não se afigura fácil, requer uma verdadeira e autêntica metanoia, mudança de pensamento daquilo que pensamos acerca de Deus.

Pai.



Giovan Francesco Barbieri, *Deus Pai*, 1646

Os primeiros cristãos terão visto nesta palavra “Pai” uma metáfora quando pensavam em Deus ou no Pai de Jesus, pretendendo primariamente falar antes acerca de um relacionamento especial com a divindade e não, como é bastante evidente, em alguma conexão biológica. Apesar de, nas escrituras, a grande maioria das metáforas para se referir a Deus sejam do gênero masculino, existem igualmente femininas, como o de uma mãe (Isaías 49:15; 66:13) ou até mesmo a uma galinha mãe (Mateus 23:37).

Também se verifica que, quando no Antigo Testamento se usa a palavra “Pai” para se referir a Deus (Isaías 63:16), ela sempre deve ser entendida no sentido de que Ele é o Criador e fonte de toda a vida (Deuteronómio 32:6), o Senhor, protector e Aquele que perdoa. Se os anjos são “filhos de Deus” são-no porque as suas vidas provêm directamente de Deus (Génesis 6:4, Deuteronómio 32:8). Deus é o Pai de Israel e Israel é o Seu filho, não porque Ele os tenha gerado no sentido natural, mas por causa da aliança que estabelece com eles, como um pai que adota um filho na sua família, com todas as responsabilidades e bênçãos que daí advenham.

O primeiro rabi judeu a dirigir-se a Deus como Pai foi Jesus, assumindo Ele próprio ter um profundo relacionamento íntimo com Deus, algo que escandalizava a grande maioria dos seus conterrâneos. A própria oração que Jesus ensinou aos seus discípulos, é extremamente radical ao incentivá-los a dar-lhes o privilégio de se dirigirem a Deus com as palavras “Pai Nosso”, de o chamarem de Pai, de entrarem agora numa relação íntima e amorosa com Ele, uma vez que Deus nos adoptou como filhos e nos fez entrar na sua família através de Jesus (Romanos 8:17).

Também, segundo Jesus, a concepção de paternidade divina extrapola o âmbito individual já que quando fala do Pai, o faz como sendo de todos (João 20:17). Este Pai tem um cuidado amoroso e de igual trato para com todos. Este Pai faz nascer o sol sobre os bons e maus e faz chover sobre os justos e injustos (Mateus 5:45). Se Ele alimenta as aves do céu e veste os lírios do campo, o que não fará pelos seus filhos? (Mateus 6,26-30); é igualmente um Pai misericordioso, sempre pronto para perdoar os seus filhos (Lucas 15,11-24) e que jamais descansa até que encontra e resgata as suas ovelhas perdidas (Lucas 15,3-7). Este Pai, cujo amor é revelado por Jesus ao longo das muitas parábolas e discursos de Jesus, expõe-nos um amor totalmente diferente e até perigoso: impele-nos a amar os nossos inimigos, a uma resistência não-violenta contra o mal, a perdoar infinitamente os que nos prejudicam, a sermos extravagantemente generosos para com os necessitados e até a nos convidar a sermos inclusivos para com os desprezados e marginais da sociedade. Nunca uma imagem de Deus tinha sido tão revolucionada como o foi esta, a apresentada por Jesus acerca do Seu Pai.

Todo-Poderoso.



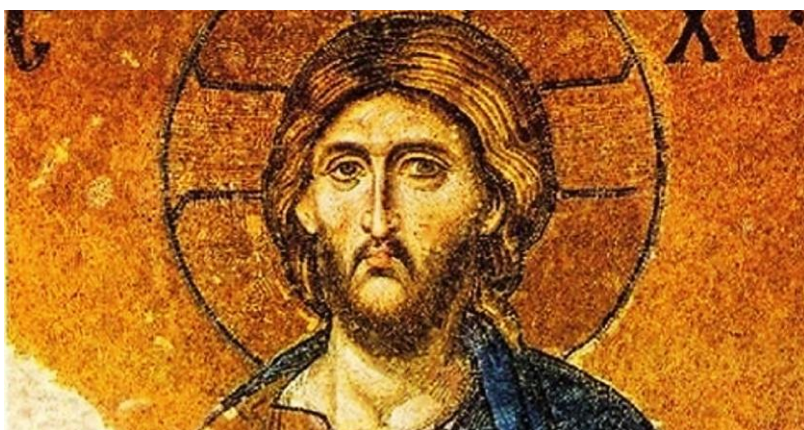
Michelangelo, *Criação, O Deus irado do Antigo Testamento*, Capela Sistina, Vaticano, 1508-1512.

Numa cultura fortemente patriarcal como a romana, a metáfora de Deus Pai como Todo-Poderoso (*omnipotentem*) era deveras atractiva. Interessante observar que os cristãos perseguidos por causa da sua fé e na sua grande maioria constituídos por clientes, proletários e escravos, associavam a figura toda-

poderosa do *pater familias* a Deus. Dessa figura patriarcal esperavam para si e respectivas famílias, abrigo e protecção de todos os perigos e danos.

A nossa finitude impossibilita-nos pensar ou entender Deus, o Seu próprio ser, os seus atributos. Por isso, tal como Jesus falava por parábolas, também nós nos servimos de metáforas, de alegorias, de imagens humanas para falarmos acerca do nosso Deus. Muitos especularam acerca do significado de Deus ser Todo-Poderoso. Nas escrituras hebraicas Deus é apelidado de *El-Shadai*, um Deus onnipotente capaz de dominar e destruir. Também é designado de *Yahweh Sabaoth* e de *Adonai 'Tsebayoth*, o Deus dos exércitos e o senhor das legiões, aquele que é poderoso e invencível na guerra.

Mas ao longo de séculos a imagem de Deus todo-poderoso tem também levado muitos a interrogarem-se acerca da condição humana, do sofrimento e do mundo/universo imperfeito em que vivemos. Se Deus, sendo ele amoroso, tem todo o poder e sabe todas as coisas, como explicar o mal? O famoso paradoxo do filósofo grego Epicuro tem induzido muitos a pensarem num Deus totalmente despreocupado e alienado dos problemas humanos e do mundo que os rodeia, já que o mesmo postula a impossibilidade da existência de um Deus totalmente poderoso, onnisciente, omnibenevolente e que ao mesmo tempo tivesse permitido a existência do mal e sofrimento consequente. Não existem respostas fáceis para estas questões profundas e nem sequer nas sagradas escrituras encontramos respostas satisfatórias para o problema da nossa finitude e sofrimento. No livro poético de Job, que tenta tratar o eterno problema da teodiceia – ramo da teologia que trata da coexistência do mal com um Deus todo-poderoso de bondade infinita, o próprio Javé esquiva-se a dar uma resposta satisfatória para o sofrimento de Job.



Gravura: *Cristo Pantocrator*, mosaico Catedral de Santa Sofia (Istambul/ Turquia)

NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (2)

Creio em Jesus Cristo – o Messias esperado para a salvação

Vítor Rafael | 10/08/2025

Depois da publicação do primeiro texto sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), publicamos hoje o segundo texto de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.

E em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor

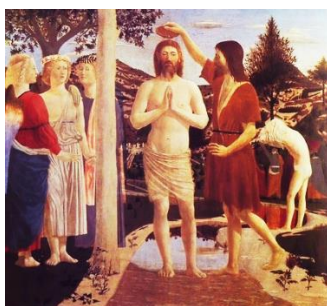
E em Jesus Cristo

Creio em Jesus Cristo (Ἰησοῦν Χριστὸν): Jesus, cujo nome em hebraico significa “Deus Salva”, e Cristo, o Ungido de Deus. A parte central do Credo, e de longe a maior de todas elas, é precisamente aquela que se refere a Jesus, tal a importância que é dada à segunda pessoa da Trindade. O próprio Jesus, no evangelho de João e no episódio em que dialoga com a mulher samaritana, assume-se a si mesmo como o Messias, chamado o Cristo (João 4:25-26).

Para os cristãos, Jesus é o Cristo, o Messias, aquele que era esperado para libertação e salvação, primeiramente dos judeus e também de todo o mundo. Mas, contrariamente às expectativas messiânicas

dos judeus, Jesus não vem com um projeto político para libertar o povo dos seus opressores. Entra de facto em Jerusalém montado num jumentinho e aclamado pelo povo, mas contra todas as expectativas, ao entardecer retira-se com os seus discípulos para Betânia (Marcos 11:1-11). No dia seguinte, o episódio da “limpeza do Templo”, precipitará o seu caminho para a cruz (Marcos 11:15), onde talvez muitos dos que O aclamaram, agora pediam a sua morte (Marcos 15:1-15). À luz de toda esta imensa tragédia da cruz e após a ressurreição de Jesus, os cristãos irão agora colocar as suas esperanças na segunda vinda do Senhor. Mas as esperanças messiânicas não eram de todo vividas de igual maneira. Desde a queda de Jerusalém e deportação para a Babilónia no ano de 587 a.C. até à ocupação grega e romana, o drama e enorme sofrimento do povo judeu foi certamente decisivo para uma reflexão profunda das ideias messiânicas. Alguns pensavam e até ansiavam desesperadamente que o Reino de Deus fosse restabelecido em toda a Terra (Zacarias 14:9), onde nesse terrível Dia do Senhor o próprio Deus viesse como um guerreiro para pelejar contra as nações (Zacarias 14:1-3) e as julgar (Malaquias 3:1-5). Mas havia outras visões acerca do Messias, visto como um pastor, um servo (Zacarias 9:9) e que proclamaria o Ano do Jubileu, a libertação dos cativos (Isaías 61:1-3). Talvez quem tenha entendido melhor esta visão desse Messias misericordioso e nada convencional, que traz o perdão e não o julgamento, tenham sido afinal os marginalizados, as prostitutas, os publicanos, os “pecadores”. A grande surpresa deste Messias, de Jesus, é sem dúvida alguma a proclamação do Ano Aceitável do Senhor e o da Sua infinita misericórdia.

Seu Único Filho



Piero della Francesca, *Batismo de Cristo*, pormenor (c. 1448-1450), National Gallery, Londres

Nas teogonias gregas não era estranha a ideia de os deuses se aparentarem como humanos, procriarem e terem até filhos. Essas mitologias, onde os filhos dos deuses ou semideuses viviam entre os homens e mulheres, eram comumente conhecidas e aceites na cultura greco-romana quando o cristianismo nasceu e se desenvolveu. O próprio César Augusto tinha o título de “filho de um deus”, já que o mesmo era filho adotado de Júlio César, entretanto deificado.

Também no judaísmo a concepção de “filho de Deus” não era estranha, embora fosse um pouco obscura, podendo-se referir a seres não divinos como os anjos, a alguns governantes, como o rei (2 Samuel 7:14) ou até mesmo ao próprio Israel (Oseias 11:1). Somente nalguma literatura deuterocanónica ou apócrifa do período intertestamentário é que encontramos algumas passagens em que o título Filho de Deus é atribuído ao Messias ou a alguém ungido (Livro de Enoque e 4 Esdras).

No Novo Testamento, e essencialmente no Evangelho de João, o título de Filho de Deus atribuído a Jesus está evidentemente associado à sua pré-existência e divindade. Embora neste evangelho a expressão no plural “filhos de Deus” seja utilizada algumas vezes para se referir aos que creem em Jesus (João 1:12), o sentido exclusivo de “o Filho de Deus” é somente atribuído a Jesus. Em Mateus 1:17 e 17:11, tanto no batismo de Jesus como no monte da transfiguração, é o próprio Deus Pai que se refere a Jesus como o “Seu Filho amado, de quem muito se agrada”. Igualmente no episódio da confissão cristológica de Pedro registado em Mateus 16:15-17, o próprio Jesus valida a afirmação de ser Ele mesmo o Ungido de Deus e o Filho do Deus vivo.

Nosso Senhor



Leonardo da Vinci, *Salvador do Mundo* (c. 1510). Wikimedia Commons

Senhor (κύριον) é o título atribuído ao chefe e protetor da família que dispõe totalmente dos bens e pessoas sob o seu controlo, sendo inclusive um dos títulos conferido ao Imperador Romano, o “Senhor de todo o mundo”. Também na Septuaginta, a versão grega da Bíblia Hebraica largamente utilizada no Novo Testamento, a palavra Senhor é utilizada para traduzir Yahweh ou Javé.

Ao professarem publicamente a Jesus como o seu único Senhor, Salvador e Redentor do mundo, os primeiros cristãos punham em causa a sua própria segurança, já que isso implicava a recusa de adorar os deuses, inclusive o próprio imperador romano, também ele com o título de filho de um deus (Júlio César), senhor e redentor do mundo. Também os provinciais do império entendiam que os cristãos que se recusassem a prestar culto aos deuses eram responsáveis por todos os tipos de males, como a fome, a peste e terremotos, e por práticas como o canibalismo (associado à eucaristia) e a magia negra.

Certamente que a aceitação de Jesus como Senhor por parte dos cristãos não pressupõe a adoção de um projeto político. Temos aqui uma inversão total das relações entre os indivíduos e o estado, já que segundo Jesus, o poder deve ser exercido na práxis do amor ao próximo como a nós mesmos (Mateus 22:38-40) e no serviço (Marcos 9:30-37). Claro que o poder de Jesus é subversivo para os poderosos, porque mina totalmente todas as estruturas que destroem o meu próximo, os pobres, os mais desfavorecidos, os rejeitados pela sociedade (Lucas 22:23-26). A utilização da religião pelos políticos é, e sempre será pura demagogia e a história prova como ao longo dos séculos as diversas formas de teocracias e de fundamentalismos religiosos sempre redundaram em violência.

Mas o tema tão caro a Jesus, como foi o Reino de Deus ou dos Céus, tem obviamente repercussões políticas, mas tão somente no pressuposto que o mesmo deverá ser orientado primariamente para a justiça e bem-estar de todos os cidadãos, principalmente dos mais fragilizados, desfavorecidos e marginalizados. Jesus jamais apoiou ou participou em movimentos que promovessem diretamente a sublevação contra as autoridades dominantes do Seu tempo. O cântico do Servo Sofredor de Terceiro Isaías (capítulo 53) tem levado certamente muitos cristãos ao longo dos séculos, certamente ajudados pelo Espírito Santo, a refletirem acerca dos sofrimentos e exemplos do seu Messias e Senhor, ao seguirem as suas pisadas (I Pedro 2:21-25).



William Blake, *Deus responde a Job*. National Gallery of Art, Washington DC (EUA).

Na carta de Paulo aos Filipenses, a famosa passagem do segundo capítulo dá-nos, através de uma perspectiva trinitária, uma leitura extraordinária e nada convencional acerca de um Deus Todo-poderoso

que, ao encarnar e por amor de nós, opta pelo seu esvaziamento. Ao contrário das mitologias greco-romanas, onde as poderosas e imortais divindades podiam descer à terra e até relacionarem-se com os mortais, este Deus afinal desce até nós abdicando de todos os seus privilégios e poder, tomando a forma de um escravo (*μορφήν δούλου*), manso e humilde de coração (Mateus 11:25-30).

Por vezes as nossas fragilidades e inseguranças preferem o refúgio em imagens todo-poderosas de Deus, de um Deus que intervém activamente na história. E se pensássemos num Deus que actua essencialmente através das nossas fraquezas? E se a Sua fraqueza foi o único meio que Ele encontrou para estar connosco ao nosso lado e assistir-nos nas nossas dores e angústias?

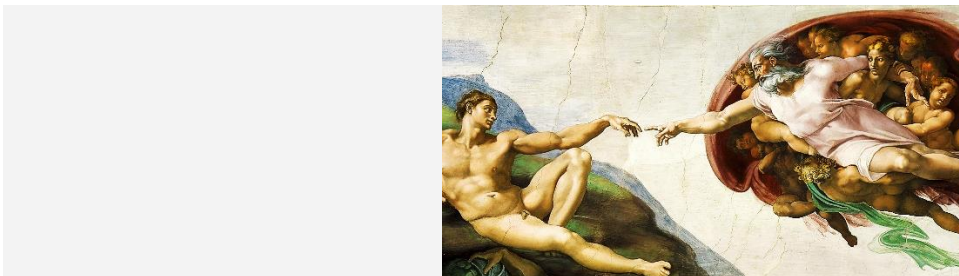
Dietrich Bonhoeffer, um dos grandes teólogos e mártir às mãos do poder nazi, viu em Jesus esse Deus fraco e débil que não intervém no mundo como uma máquina (*deus ex machina*) para nos salvar e libertar, mas que está ao nosso lado, que sofre connosco, nos sustem nas nossas dores e fraquezas. Lembro-me do relato de um sobrevivente de um campo de concentração nazi, Elie Wiesel, no seu livro *A Noite*, que conta a história do enforcamento de uma frágil criança pendurada e a debater-se em agonia durante mais de meia hora. Neste horrendo quadro presenciado por vários adultos, alguém perguntou “Onde está Deus?”. Como que o pequenino continuasse ainda a resistir a viver, o mesmo homem continuava a insistir “Onde está Deus, então?”. O autor sentiu dentro de si uma voz que lhe respondia: “Onde é que Ele está? Ei-lo... está aqui pendurado nesta forca...” O poder do Deus-Poderoso é afinal escândalo para muitos, revelado numa cruz, em que até o próprio Jesus se encontra totalmente abandonado no Seu sofrimento. A antítese do poder encontra-se afinal no serviço, essa inversão que muitos não entendem: o Todo-poderoso Deus e ao jeito sacramental, faz-se deliberadamente escravo ao tomar uma toalha e uma bacia e lava os pés poeirentos e sujos das Suas criaturas (João 13:1-15).

Criador do céu e da terra.

De acordo com o relato de Génesis, Deus é o criador de tudo tanto existe, do céu e da Terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis, conforme completará o credo de Niceia. As antigas cosmovisões da antiguidade, pelo menos a ptolomaica que vigorou até à Renascença, tinham um conhecimento muito limitado da grandeza quase infinita do Universo criado por Deus. Paulo fala dos céus estratificados em três níveis: o primeiro seria o céu azul, o firmamento onde estão as estrelas e os planetas; o segundo seriam os lugares celestiais onde ocorrerão as batalhas espirituais e onde os anjos sustentam as coisas (Efésios 6:12); finalmente o terceiro, seria onde está o Trono de Deus, o paraíso (2 Coríntios 12:2-4). Depois existe a Terra propriamente dita, a que corresponde o nosso planeta onde Deus criou a terra firme, os mares, incluindo todos os seres vivos.

As descobertas da astronomia até ao tempo presente revelam-nos a impressionante imensidão infinita do Universo. Os incontáveis aglomerados de galáxias com um total de dois a três triliões de galáxias, com os seus 700 mil biliões de biliões de estrelas e grande parte delas com sistemas de planetas, são apenas 5% da matéria ordinária, sendo os outros 95% constituído por matéria invisível. Os cientistas calculam a idade do Universo a partir do Big Bang em cerca de 14 biliões de anos, algo que contrasta com os seis dias relatados no livro do Génesis. A grandeza deste Universo criado por Deus é tal que, como o salmista, não podemos deixar de afirmar que “Os céus proclamam a Sua glória e o firmamento anuncia a obra das Suas mãos” (Salmo 19:1).

O soberano Deus Todo-Poderoso, sustenta amorosamente toda a sua criação, desde as incontáveis galáxias, estrelas e planetas, até à mais ínfima criatura viva. Algumas correntes de pensamento advogam que Deus controla todas as coisas até ao mais pequeno pormenor, nada acontecendo sem a sua soberana vontade, mas esta abordagem pode levantar mais algumas questões. Além do mal ético (fruto das nossas decisões), existe incontestavelmente o mal físico associado essencialmente às realidades materiais como o sofrimento e os desastres naturais.



Michelangelo, *Criação de Adão* (pormenor). Capela Sistina, Vaticano, 1508-1512.

Todo este universo que está em expansão está igualmente em convulsão: as galáxias, estrelas e planetas nascem, desenvolvem-se e desaparecem em processos que envolvem extrema violência. Nos próprios planetas, inclusive o nosso, observam-se erupções vulcânicas, terremotos e cataclismos climáticos que afectam o seu ecossistema, inclusive toda a vida humana. Embora na alegoria bíblica o mal físico esteja associado ao ético, ou seja, ao pecado original, não se deixa de ter em conta a sua enorme desproporcionalidade uma vez que, conforme já foi dito, todo este imenso universo, e tudo quanto ele contém, é ontologicamente finito e imperfeito (mal metafísico).

Talvez a melhor proposta para estas problemáticas levantadas seja afirmar que Deus sustém amorosamente toda a sua criação. Paulo no seu discurso no Areópago de Atenas, diante dos filósofos epicuristas e estóicos, afirma que Deus *“não está longe de cada um de nós, porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos”* (Atos 17:27-28): sendo Deus totalmente transcendente, é igualmente imanente: tudo quanto existe, a realidade visível e invisível é permeada e sustentada por Ele. O presente universo segue escrupulosamente as leis físicas sabiamente arquitetadas pelo Criador, sem que isso signifique que Ele controle cada evento individualmente. As doenças, os cataclismos naturais são unicamente causados por ciclos sucessivos de causa-efeito e não necessariamente decorrentes de algum castigo divino causado pelos pecados humanos. Paulo, na sua carta aos Romanos, fala-nos da própria criação de Deus e da natureza, a qual está gemendo como se estivesse em dores de parto (Romanos 8:22-24). A expectativa e esperança num novo mundo (cosmos) totalmente transformado estão expressas na segunda carta de Pedro, onde o autor nos fala em *“novos céus e nova Terra”* (2 Pedro 3:13). Talvez essa nossa expectativa passe afinal pela nossa colaboração e participação activa na construção desse novos Céus e Terra, onde o nosso cuidado amoroso pela criação de Deus, pelo meio ambiente e o ordenamento sustentável dos recursos da Terra em prol de todos, sejam efectivamente tidos em conta.



NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (3)

Concebido pelo poder do Espírito Santo – Deus mergulha na história humana

Vítor Rafael | 11/08/2025

Depois da publicação dos dois primeiros textos sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), publicamos hoje o terceiro texto de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.

Que foi concebido pelo poder do Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria



Fra Angelico, *Anunciação*, Museu do Prado, Madrid.

Que foi concebido pelo poder do Espírito Santo

Um dos grandes mistérios da Trindade e um dos mais controversos artigos do Credo cristão é sem dúvida a encarnação, a presença única de Deus em Cristo. Jesus, o Filho Unigénito de Deus faz-se carne, é concebido pelo poder do Espírito Santo (Lucas 1:35). Aquele que é o Deus totalmente transcendente, onnipotente, onnipresente e onnisciente é gerado no seio da santíssima Virgem Maria sem qualquer colaboração humana. No prólogo do evangelho de João, certamente fruto de uma cristologia mais avançada e que dispensa qualquer narrativa da infância de Jesus, ir-se-á mais longe na afirmativa de que o próprio Deus, o Verbo (*Kai ó Λόγος*), se fez carne (João 1:14) e habitou (ou fez morada) entre nós.

Esta declaração tem também por fundo a refutação a muitas das ideias gnósticas e maniqueístas já em curso, respetivamente a partir do século II e III. Além da negação de que o Deus totalmente transcendente tenha criado todo este universo material, os gnósticos negavam igualmente qualquer possibilidade de o mesmo encarnar num corpo humano porque, segundo eles, toda a matéria é ontologicamente má. Afirmavam igualmente que o Espírito Santo tinha unicamente descido sobre o homem Jesus por ocasião do seu batismo. Também os maniqueístas dividiam o mundo entre o Bom (ou Deus), e o Mau (ou o Diabo): a matéria é, tal como defendiam os gnósticos, intrinsecamente má.

Surgiram outras propostas cristológicas consideradas heréticas por alguns pais da Igreja, entre elas, a do docetismo – a doutrina antecedente do gnosticismo que surgiu no final do século I e que defendia que o corpo de Jesus era uma aparência, ilusão – foi condenada no concílio de Calcedónia em 451.

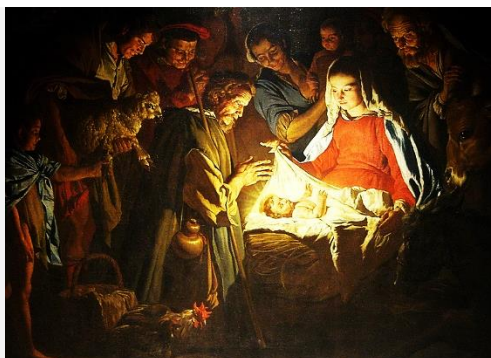
Um dos pontos sublimes deste grande mistério da encarnação, é sem dúvida este mergulho de Deus na nossa história. O Deus totalmente Outro, totalmente transcendente, torna-se imanente por intermédio de Jesus. E adensando ainda mais esse mistério, o infinito Deus se esvazia na nossa carne, nas nossas contingências, nos nossos limites: Jesus é homem experimentado em dores e que sabe o que é sofrer, como já havia profetizado Isaías (capítulo 53), e isso, no entender de muitos teólogos, trará contributos para a nossa compreensão do sofrimento humano.

Sem entrarmos em grandes discussões acerca do mistério do mal, tarefa altamente especulativa, podemos afirmar que na encarnação Deus sofre connosco; talvez se deva fazer aqui uma moratória à hermenêutica reformada de Romanos 8:28, onde o apóstolo Paulo afirma: “Sabemos que, para aqueles que amam Deus, todas as coisas funcionam para [o] bem – para aqueles chamados segundo o seu desígnio”. A encarnação de Deus possibilita-nos olhar para Deus como alguém que, movido pela paixão infinita do Seu amor, entende o nosso sofrimento, sofre connosco e por nós, até ao horizonte escatológico em que Ele próprio limpará todas as lágrimas derramadas e eliminará todas as dores sofridas (Apocalipse 21:4).

A teóloga Barbara Taylor afirma que, numa era de informação excessiva como é a nossa, as pessoas necessitam cada vez mais da prática da encarnação e pela qual Deus salva as vidas daqueles cujas convicções intelectuais se têm tornado secos como o pó, para quem o pão da vida quase se esgotou e que desejam ardentemente conhecer mais Deus nos seus corpos. Somos deveras literalmente inundados de informações acerca de Deus, aliás muitas vezes contraditórias e fruto das muitas imagens distorcidas que vamos criando (1 Coríntios 13:12).

Numa linguagem sacramental, podemos afirmar que necessitamos não tanto de conhecimento abstrato acerca de Deus, mas mais do Deus encarnado, o Pão que veio dos Céus repartido por todos nós e que nos é dado a comer (João 6:48-53).

Nasceu da Virgem Maria



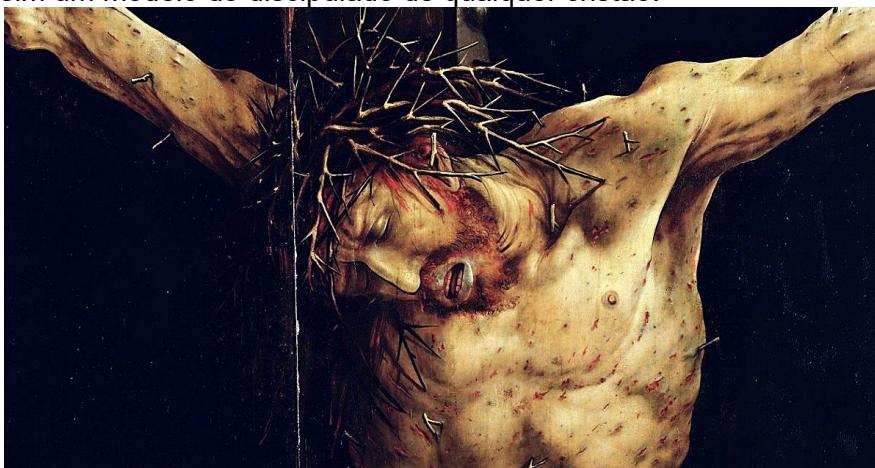
Matthias Stomer, *Natividade*, (à volta de 1640).

Muito pouco se afirma acerca da mãe do Senhor nas escrituras. As passagens mais conhecidas são os relatos da natividade de Mateus e de Lucas, o milagre das Bodas de Caná no evangelho de João e outras breves passagens, incluindo a sua presença aos pés da cruz (João 19:25-26) e a passagem onde é

mencionada como estando presente com os discípulos e irmãos de Jesus no cenáculo após a ascensão (Atos 1:14).

Talvez uma das passagens mais marcantes seja a da anunciação de Lucas. Maria é uma jovem virgem (*parthenos*) a quem o anjo Gabriel anuncia que irá dar à luz um filho sem ter qualquer relacionamento com um homem. Tal como nos dias de hoje, não deixa de ser curioso que nas primeiras décadas do cristianismo muitos pusessem em causa eventos desta natureza e que os refutassem. É verdade que nos primeiros escritos do Novo Testamento, as cartas de Paulo, nunca seja referida a virgindade de Maria. Paulo apenas diz que quando chegou a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher (Gálatas 4.4). Até o próprio evangelho de Marcos, consensualmente o mais antigo de todos, nada diz acerca do nascimento virginal de Jesus. Independentemente das posições que se possam ter acerca deste episódio, a razão humana jamais poderá compreender aquilo que só Deus pode fazer, o de alterar completamente as leis naturais que regem os fenómenos ordinários deste nosso universo físico.

Qualquer mulher, estando noiva e aparecesse grávida de outra pessoa, seria julgada e condenada por adultério, passível de apedrejamento. Mas Maria, a escrava do Senhor (*δούλη Κυρίου*) e ciente de todos os riscos que corre, entrega-se totalmente nas mãos de Deus e aos Seus desígnios. O testemunho da mais bem-aventurada de todas as mulheres, aliás registado no *Magnificat* (Lucas 1:46-55), convida-nos a uma profunda reflexão acerca do serviço. Deus prefere sempre os humildes, os insignificantes, os que são rejeitados e abandonados pela sociedade. Maria, pela sua humildade, abandono total nas mãos do Seu criador, torna-se assim um modelo do discipulado de qualquer cristão.



Matthias Grünewald: Cristo na Cruz, painel central da Crucificação do Retábulo de Isenheim (c.1512-15)

NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (4)

Padeceu, foi crucificado, morto e sepultado

Vítor Rafael | 12/08/2025

Publicamos hoje o quarto texto sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião]

Padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado

Nunca, como nos tempos que correm, foi tão pertinente reflectir acerca da morte de Jesus. Afinal, Ele morre consumido por amor por cada um pessoa e a Sua mensagem, de cada pessoa carregar todos os dias a sua própria cruz, deve impelir cada vez mais a uma cultura de proximidade, amparando e servindo-nos uns aos outros em amor, cuidando dos mais fragilizados e necessitados.

Padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos

Se Deus usou Maria para dar a vida a Jesus, foi ao governador romano Pôncio Pilatos que deu o poder de lhe retirar a vida. Algumas fontes existentes acerca deste governador – Josefo, Tacitus e Filo de Alexandria – retratam-no como um homem extremamente cruel que pouco ou nada se importava com as crenças ou convicções religiosas do povo judaico – o que, segundo alguns comentadores, contraria a imagem dócil e

indecisa que o autor do evangelho de João expõe acerca do mesmo. Entre estas duas personalidades, aliás as únicas cujos nomes estão registadas no Credo, existe um fosso abissal. Ao poderoso governador romano que detém uma posição de elevada autoridade, privilégios, influência e riqueza, contrasta-se uma simples e humilde jovem, sem qualquer privilégio ou valor na sociedade de então. Ambos tiveram um papel relevante na história de Jesus.

Foi crucificado

A crucificação era o método de condenação à morte usado pelos romanos, cujo propósito era provocar a morte mais dolorosa e humilhante possível. As vítimas deste horrível espetáculo público, depois de serem despidas, supliciadas e pregadas na cruz, serviam igualmente de exemplo e dissuasão para a prática de crimes hediondos que lesassem o império romano. Geralmente era usada para punir os escravos e inimigos do estado, sendo a prática posteriormente estendida aos cidadãos romanos das classes mais baixas.

Paulo afirma que o Cristo crucificado é escândalo para os judeus e absurdo para os gentios (1 Coríntios 1:18-25). É interessante verificar que não existe iconografia que represente Jesus crucificado antes de Constantino (século IV); só imagens de Jesus retratado como o Bom Pastor ou como um jovem sem barba. Para os judeus era inconcebível que o Messias fosse condenado como um criminoso e morto numa cruz romana, que era associada à ideia de maldição (Deuteronómio 21.22-23). Também para os gregos, a mensagem da cruz de Cristo é um absurdo, contrária à imagem esperada de um filósofo que personificasse uma espécie de clímax de toda a sabedoria.

A cruz é decerto um lugar sagrado, de contemplação e de reflexão. Segundo as palavras de Jesus, aquele que o desejar seguir tem de tomar cada dia a sua cruz (Marcos 8:34). Mas que significado tem hoje o carregar a cruz? Paulo diz que ela é poder (*δύναμις*, *dynamis*) de Deus (1 Coríntios 1:18) cuja mensagem se revela na debilidade do nosso Deus e que contrasta com o poder humano. Jesus, sendo Deus, esvaziou-se a si mesmo, tomou a forma de um escravo e entregou-se incondicionalmente em amor por todos (Filipenses 2:5-8). A cruz é assim um paradigma para as vidas de quem nele crê, que convida diariamente ao sacrifício do próprio ego, do egoísmo, dos próprios interesses em prol dos irmãos, dos debilitados, dos rejeitados, dos pobres, dos pecadores.

Morto e sepultado



Caravaggio, O Enterro de Cristo (1603-4). Pinacoteca do Vaticano.

Não restam dúvidas de que a morte de Jesus é um tema central ao longo de todo o Novo Testamento. Além de a mesma ter sido provocada pelos opositores do Senhor – os fariseus (Lucas 4:29), Herodes (Lucas 13:31), os judeus (João 5:16) – segundo o evangelho de Marcos, Jesus está consciente da sua vocação messiânica e ensina aos seus discípulos que importava “que o Filho do homem padecesse muito, e que fosse rejeitado pelos anciãos e príncipes dos sacerdotes, e pelos escribas, e que fosse morto, mas que depois de três dias ressuscitaria” (Marcos 8:31; Mateus 16:21; Lucas 9:22).

Se por um lado a morte de Jesus é expressão máxima do Seu amor por nós (João 15:13; Romanos 5:8; I João 3:16), algumas passagens falam-nos acerca do seu sacrifício que tira os pecados do mundo (Hebreus 9:28; I João 2:2), da sua entrega em resgate por nós (I Timóteo 2:6) e da maldição da lei (Gálatas 3:10-13). Jesus é igualmente retratado como o Servo sofredor de Isaías, perfurado pelas nossas transgressões, esmagado pelas nossas iniquidades (Isaías 53:5-6). Paulo afirma mesmo em Romanos 5:11 que, através de Jesus, alcançamos a reconciliação com Deus.

Muitas interpretações têm sido dadas ao longo dos séculos ao significado da morte de Jesus, dando origem a algumas teorias ou modelos de expiação. Entre os pais da Igreja, pensava-se que a morte de Jesus foi necessária para nos resgatar do diabo e satisfazer as suas exigências, uma vez que quando Adão e Eva pecaram, a humanidade ficou cativa de Satanás. Mais tarde em plena cultura medieval, Anselmo de Cantuária defendia outra teoria, objetiva: o ser humano, ao pecar, ofendeu a honra infinita de Deus e, ao fazê-lo, a sua culpa tornou-se infinita, sendo assim necessária uma satisfação infinita que só a morte de Jesus podia reparar.

Abelardo, um monge do século XII, defendia outra tese, subjetiva: Jesus morreu como demonstração do amor de Deus, cuja vida tinha como propósito influenciar a humanidade em direção ao seu aperfeiçoamento moral e à transformação da sua vida interior. Já os reformadores do século XVI, com as suas teorias da

substituição penal, advogavam que Jesus tem de ser punido em nosso lugar para satisfazer as exigências da justiça de Deus a fim de que os pecados da humanidade possam ser justamente perdoados. A ideia de que Deus exija o sacrifício de Jesus para nos salvar da Sua própria ira ou que O entregue por nosso resgate, acarreta consequências nefastas decorrentes dessas imagens negativas construídas acerca de Deus. A morte do Senhor deveria ser antes entendida numa perspectiva holística, onde se declara a vitória cósmica de Cristo e a participação de cada pessoa nesse processo. O Cristo ressurreto (voltaremos a este tema no artigo 5 do Símbolo), é o primogênito da nova criação (Romanos 8:28,29), onde no final haverá novos céus e nova terra (2 Pedro 3:13).



Autor desconhecido: Anástasis, tormento do Inferno e Ressurreição de Jesus. Fresco de igreja bizantina de Chora, Istambul (Turquia). Foto © Gunnar Bach.

NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (5)

Ressuscitou ao terceiro dia – a vida e a morte totalmente alterada

Vítor Rafael | 13/08/2025

Publicamos hoje o quinto texto sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.

Desceu aos infernos, ressuscitou ao terceiro dia

No espaço que medeia entre a sua morte e a sua ressurreição, Jesus desce à mansão dos mortos. É uma das passagens mais enigmáticas das escrituras, mas reflecte bem as nossas angústias perante o inevitável das nossas vidas. Um dia desceremos à mansão dos mortos, a essa realidade completamente desconhecida, escura e que nos expõe os limites e fragilidade do nosso ser.

Desceu aos infernos



Ícone da Ressurreição (Cristo liberta Adão e Eva do Hades), pintado no Mosteiro do Nascimento da Mãe de Deus
Talvez um dos pontos mais controversos do Credo seja a declaração de que Jesus desceu aos infernos ou à mansão dos mortos. Esta doutrina ensinada por alguns pais da Igreja tem a sua base nalgumas passagens do Novo Testamento. A palavra inferno, tal como exposta no Credo de origem latina, não se encontra nas escrituras, mas é consensual que a mesma seja equivalente ao uso da palavra grega *hades* na versão da Septuaginta e que é usada para traduzir a palavra hebraica *sheol*. Ora *hades*, na mitologia grega, é o deus

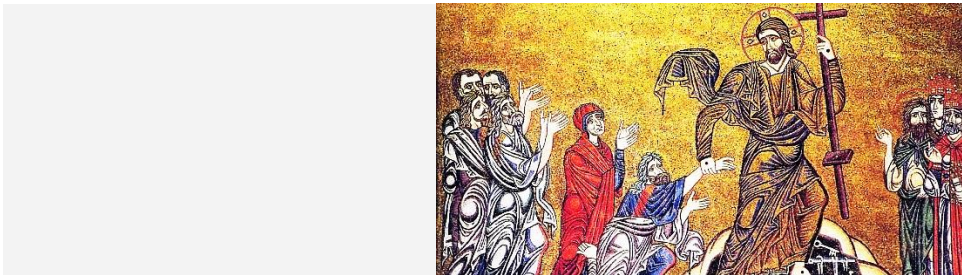
do mundo inferior e dos mortos, embora essa palavra grega no Novo Testamento transmita já a ideia de inferno dos condenados, ela pode também expressar um local de espera, onde todos aguardam a ressurreição escatológica antes do Julgamento Final.

Passagens como 1 Pedro 3:19-20; 4:6 ou Efésios 4:8-10 mostram que Jesus, antes de ressuscitar, desceu efectivamente aos infernos pregar aos espíritos encarcerados e derrotar o próprio inferno. O período intertestamentário é rico em literatura apocalíptica e não seria de estranhar que os judeus e até os primeiros cristãos pudessem ser influenciados por livros visionários como o livro de 1 Enoque e o Livro dos Jubileus. Parece existir algum paralelismo entre 1 Enoque, que relata a sua jornada para ir pregar aos espíritos angélicos caídos na sua condenação por Deus (1 Enoque 12-15) e o relato da Primeira Carta de Pedro, onde Cristo desce para libertar aqueles que haviam sido condenados. A passagem de 1 Pedro 4:6, sugere o julgamento dos mortos segundo os padrões humanos (o qual deve ser entendido como o direito romano) afim de que vivessem segundo Deus em espírito. Interessante que o tema da angústia do inferno era debatido amplamente pelos pais da Igreja. A título de curiosidade, na versão etíope do apócrifo Apocalipse de Pedro, escrito por volta de 135 a.C., Pedro pede a Jesus que tenha piedade das pessoas que estão no inferno, ao que Jesus responde que elas acabarão por ser salvas por Deus.

O tema da morte nas sociedades contemporâneas tem sido abordado quase como um tabu. Com a nossa cultura de negação da morte, diabolizamos a degradação dos nossos corpos e idealizamos-nos por vezes quase num eterno estado juvenil e de bem-estar. A morte é até levantada do próprio sepulcro, como o mostra a proliferação da cultura zombie: resignamos-nos a morrer. Inevitavelmente, com ou sem aviso, tranquilamente ou com dor, a morte irá chegar mais cedo ou mais tarde à nossa vida e faremos o nosso caminho descendente ao reino dos mortos.

Relembrando a parábola do rico e de Lázaro relatada em Lucas 16:19-31, apesar de ser humano algum poder atravessar o fosso que separa os que estão no seio de Abraão e os que estão em tormento, Jesus, neste interregno da noite escura da alma humana, é aquele que venceu o império da morte e o próprio diabo (Hebreus 2.14) e que nos pode iluminar. O introito da magnífica obra de Mozart espelha bem os anseios mais profundos do ser, pedindo que a luz perpétua de Jesus ilumine as nossas almas na hora da nossa morte (*Requiem aeternam dona eis, Domine, et lux perpetua luceat eis*) porque mesmo ali no mais profundo dos abismos, o Senhor estará connosco (Salmo 139:8)

Ressuscitou ao terceiro dia



Ressurreição. Mosaico, séc. XIII. Basílica de São Marcos, Veneza (Itália).

Nestes tempos modernos, a declaração de que alguém possa voltar à vida é deveras bem controversa. É verdade que existem relatos de pessoas que “voltaram à vida” após breves momentos de terem sido declaradas clinicamente mortas, mas nenhum que tenha ocorrido depois de alguém ter estado legalmente morto durante três dias. Curiosamente, essa afirmação do Credo nos tempos antigos não era assim tão extraordinária. Havia relatos idênticos nas religiões antigas egípcias, nos textos ugaríticos antigos, e até nos escritos gregos.

Mas contra certas correntes gnósticas que afirmavam que a ressurreição do Senhor tinha sido espiritual ou até aparente, a grande Igreja irá insistir que o corpo do Senhor foi físico, embora de uma outra natureza, um corpo glorioso, a qual será agora o paradigma na ressurreição final de todas as pessoas (2 Coríntios 4:14). A ressurreição de Jesus é certamente o evento central do Novo Testamento. Paulo chega mesmo a afirmar que “se, porém Cristo não ressuscitou, vazio é o nosso anúncio e vazia é também a vossa fé” (I Coríntios 15:14-17). Não existe dúvida alguma que as experiências e testemunhos de todos quanto viram o Cristo ressurrecto, alteraram por completo a vida, não só dos que O presenciaram, como a de todos os que a seguir creram, mesmo sem O terem visto (João 20:29). O significado da vida humana ficou assim totalmente alterado, a vida e a morte passaram a ter novos significados.



NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (6)

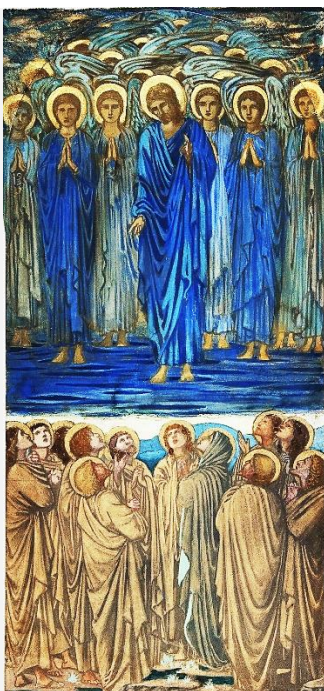
Está sentado à direita de Deus Pai – Jesus, com a humanidade, diante de Deus
Vítor Rafael | 14/08/2025

Publicamos hoje o sexto texto sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.

Subiu ao céu, está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso

Qual o significado hoje da doutrina da Ascensão de Jesus ao céu? Como os cristãos primitivos entendiam o céu? Será um local físico onde o Deus Todo-Poderoso habita? Ou o que se entende quando se diz que Jesus está sentado à direita de Deus? Deixo aqui alguns pontos como ponto de partida para reflexão e discussão.

Subiu ao céu



Ascensão de Cristo (Actos I, 1-9): Estudo para vitral (c. 1875-1884), desenho de alta resolução de Sir Edward Burne-Jones. Original do Metropolitan Museum of Art.

No Evangelho de João, no diálogo com Maria Madalena, Jesus afirma: “Ainda não ascendi para o Pai. Vai para junto dos meus irmãos e diz-lhes: ‘Subo para o meu Pai e vosso, Deus meu e Deus vosso.’” Mas o que é o céu, que lugar é esse de que Jesus fala? O conhecimento científico de há dois mil anos era

extremamente limitado. Quando se fala de céus nas escrituras, tanto no Antigo Testamento (*Shamayim*), como no Novo Testamento (*Ouranós*), podemos desde já observar alguns conceitos diferenciados. Primeiro, o céu como um local físico, que corresponde ao nosso firmamento, os céus visíveis, o céu estrelado, onde habitam os seres espirituais não materiais. Pensava-se que esse firmamento era como uma espécie de abóbada e que formava um semicírculo por cima da terra. Temos também o céu como lugar não material, onde Deus reside com os seres angelicais. Existe ainda o conceito rabínico de céu estratificado em sete camadas, cada um com o seu grau de transformação e em que a passagem do mais inferior ao superior corresponderia ao aumento de glória em glória.

Um facto curioso: nas cosmologias greco-romanas os céus eram a morada dos deuses, mas não aquele lugar bom para onde as pessoas vão quando morrem. No entanto, os primeiros cristãos não interpretaram literalmente a ascensão de Jesus para esse lugar, para junto de Deus. Quando, nos finais do século XVIII, o francês Jean-François Pilatre de Rozier subiu acima das nuvens num balão de ar quente, afirmou que não viu Deus, Jesus ou qualquer outro ser. Até mesmo o cosmonauta russo Yuri Gagarin, o primeiro a subir ao espaço sideral em 1961, declarou: “Estive lá em cima no céu e não vi Deus. Não vi anjo nenhum nem vi o trono de Deus.” Certamente que neste ponto devemos interpretar a ascensão de Jesus aos céus como uma metáfora, no sentido que este evento está para além dos limites da nossa realidade apreendida.

Penso, como o teólogo Hans Küng, que o céu não será tanto um lugar, mas sim, uma forma de ser, já que Deus não é localizável no espaço, nem limitado no tempo. Jesus, na oração do Pai Nosso, pede que orem para que o Reino venha até nós, que permeie a nossa realidade afim de que o céu desça à terra. A ascensão, metaforicamente, deveria ser então entendida como um modelo para cada um dos cristãos. Penetrar na realidade de Deus será, ao fim e ao cabo, permitir que Deus, tal como fez em Jesus, nos leve a todos nós à plenitude do Bem, fazendo-nos participantes da sua glória e do seu Reino, tanto no céu como na terra.

Está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso



Antonio de Pereda, pintor espanhol, (1611-1678): A Santíssima Trindade.

Nas culturas orientais, quem está sentado à direita do anfitrião ou do rei, é o convidado de honra. Se lermos os evangelhos, e observando a vida de Jesus, podemos confirmar que ele tinha um relacionamento muito especial com o seu Pai. O próprio Jesus, citando o Salmo 110, afirma: “Disse o Senhor ao meu Senhor: senta-te à minha direita, até que ponha os teus inimigos debaixo dos teus pés” (Mateus 22:44). Jesus, no entender do autor da Epístola aos Efésios, partilha agora com o Pai toda a autoridade sobre todo o poder, principado, autoridade, potestade e dominação (Efésios 1,19-22).

As interpretações deste excerto podem ser diversas, já que o conceito de poder segundo Jesus é totalmente oposto ao que é comumente aceite. Lendo os evangelhos, verificamos que o exercício da não-violência é intrínseco à mensagem do Reino pregada por Jesus. Quando os seus discípulos lhe pediram para que enviasse fogo do céu para destruir os samaritanos, pela recusa destes em recebê-los, Jesus ficou deveras indignado: “O Filho do Homem não veio para destruir as almas dos homens, mas para salvá-las” (Lucas 9:51-56). Jesus é o mesmo ontem, hoje e eternamente (Hebreus 13:8) e jamais exercerá o seu poder e autoridade a não ser pelo amor, pela misericórdia e compaixão para com todas as pessoas.

Uma outra ideia remete para Jesus, o Sumo Sacerdote, o qual “depois de oferecer pelos pecados um único sacrifício, sentou-se para sempre à direita de Deus”, conforme descrito pelo autor da Homilia [Carta] aos Hebreus, capítulo 10, versículo 12. A imagética dos sacrifícios oferecidos no Templo nada tinha a haver com o “apaziguar” ou compensar a Deus pelos pecados cometidos. Deus não necessita certamente de sacrifícios nem de ofertas (Hebreus 10:5), muito menos o sacrifício da vida do Seu Único Filho. Jesus garante-nos que o Pai não requer dos homens quaisquer sacrifícios, como erradamente se pensava até então, mas sim misericórdia: Deus é pura gratuidade e amor (Oseias 6:6; Mateus 9:13).

Existe ainda uma outra imagem extraída do direito romano, em que o advogado que ganha a causa se senta à direita do juiz antes de ser proferida a sentença. No evangelho de João são significativas as últimas palavras de Jesus, “Está tudo cumprido” (João 19:30). A palavra grega *tetélestai* significa “fim”, “completude”, “perfeição” e vinca bem a ideia que Jesus cumpriu completamente e na perfeição os desígnios

de Deus Pai Todo-Poderoso. Estando agora à direita do Pai, Jesus, o nosso advogado, verdadeiro Deus, verdadeiro homem, Aquele que levou a humanidade diante de Deus e que conhece as fraquezas e dores de todos, intercede agora por todos em todo o tempo e lugar.



Miguel Ângelo: fresco do "Julgamento Final" pintado na parede da Capela Sistina (Vaticano)

NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (7)

Julgar os vivos e os mortos – Muito para lá da justiça

Vítor Rafael | 15/08/2025

Publicamos hoje o sétimo texto sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.

De onde há de vir a julgar os vivos e os mortos

O fresco do *Julgamento Final*, de Miguel Ângelo, pintado na parede da Capela Sistina (Vaticano), demonstra bem o drama dos que, nos finais dos tempos, irão ser confrontados por Jesus. Interessante o facto de o próprio Miguel Ângelo não expressar aqui com vigor o conceito de justiça divina, severo e implacável em relação aos que irão ser condenados. Como entendemos o julgamento? Como será o julgamento presidido por Jesus?

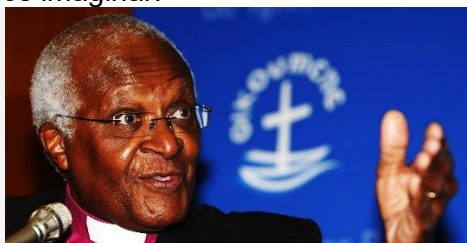
Historicamente, é um facto comprovado que, desde os primórdios, a teologia cristã e o sistema jurídico ocidental andaram lado a lado. Até os autores dos livros que compõem o Novo Testamento, quando falam de justiça, ou se socorrem de conceitos encontrados na lei de Moisés e na tradição judaica, ou no direito romano.

O Deus de Israel é extremamente apaixonado pela justiça, delicia-se nela porque ela faz igualmente parte do seu carácter. Podemos desde já afirmar que o tema da justiça é central ao longo das escrituras hebraicas. O povo de Israel sempre verificou que Deus, embora castigasse sempre os que fossem culpados na transgressão da Sua Lei para que se convertessem e voltassem aos bons caminhos, era um “Deus compassivo e misericordioso, paciente, cheio de amor e de fidelidade, que mantém o seu amor a milhares e perdoa a maldade, a rebelião e o pecado” (Êxodo 34:6,7). Em nenhuma passagem bíblica se verifica a justiça de Deus como tendo o sentido de castigo como fim em si mesmo; antes pelo contrário: a justiça, se aplicada em forma de castigo, tem sempre um fim pedagógico, correctivo para levar cada pessoa a rever os seus caminhos. O Salmo 25:6, em que David demanda a Deus que se lembre da sua compaixão e misericórdia (como o tem mostrado deste a eternidade), mostra como a justiça divina apenas é sensível ao desejo humano por arrependimento e conversão.

Ninguém melhor do que os profetas souberam tão bem expressar a certeza inabalável num Deus misericordioso. Isaías coloca na boca de Deus as seguintes palavras: “Num impulso de indignação escondi de ti por um instante o meu rosto, mas com bondade eterna terei compaixão de ti, diz o Senhor, o teu

Redentor.” (Isaías 54:8). Num ímpeto de gratidão, Jeremias afirma mesmo: “Graças ao grande amor do Senhor é que não somos consumidos, pois as suas misericórdias são inesgotáveis. Renovam-se cada manhã; grande é a tua fidelidade!” (Lamentações 3:22-23). Também o profeta Oseias coloca na boca de Deus: “O meu coração dá voltas dentro de mim, comovem-se as minhas entranhas. Não desfogarei o furor da minha cólera – porque sou Deus e não um homem” (Oséias (11:8). Deus contém com mais facilidade a Sua ira do que a Sua misericórdia. A misericórdia de Deus é o coração pulsante do Evangelho.

O próprio Jesus, a imagem perfeita do Pai (Colossenses 1:15-16), nos mostra, melhor do que ninguém, a misericórdia de Deus, contraposta à justiça dos religiosos e legalistas da Lei. Quando acolhia os publicanos, os pecadores à Sua mesa, lembrava, aos que O criticavam, as palavras do profeta Isaías: “Misericórdia quero, não sacrifícios” (Mateus 9:13). No sermão da planície, Jesus, depois de nos ensinar acerca do dever de amarmos sempre os nossos inimigos, observa que o Pai é bom até para com os “ingratos” e “maus”. Termina magistralmente com a sentença, “Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso!” (Lucas 6:35-36). O que Jesus está praticamente a dizer aqui é que a misericórdia do Pai é deveras escandalosa aos olhos dos homens e que Ele não pune ninguém segundo o que merece, mas a todos ama com amor que está para além do que possamos imaginar.



O bispo Desmond Tutu, que presidiu à Comissão de Verdade e Reconciliação, da África do Sul: não permitir que o mal avance mais. Foto © Peter Williams/WCC

A misericórdia triunfa sempre sobre o juízo (Tiago 2:13). Quando Jesus vier na Sua glória para julgar os vivos e os mortos, irá certamente confrontar e conceder justiça a todos. Estar perante o olhar de Jesus, que conhece todas as coisas, que a todos conhece e compreende, será, afinal, olharmos para nós mesmos, para as nossas limitações, misérias e pecados e, ao mesmo tempo, sermos confrontados com o peso imensamente esmagador da graça e amor de Deus. O tribunal de Cristo irá ser o local para a cura das muitas mágoas causadas pelo mal das pessoas, mas dali mesmo também sairá a cura para todas as nações, porque Jesus concederá finalmente ali a justiça para toda a humanidade (Apocalipse 22:1-2).

Philip Yancey relata um facto verídico de um julgamento ocorrido nos conturbados tempos de transição do *apartheid* na África do Sul. Afim de pacificar e reconciliar a nação, Nelson Mandela nomeou o bispo Desmond Tutu para chefiar a famosa Comissão de Verdade e Reconciliação. Ninguém seria julgado se confessasse perante o tribunal os seus crimes e reconhecesse as suas culpas. Numa dessas audiências, um polícia chamado Van de Brock relatou um incidente em que ele e outros oficiais mataram a tiro um rapaz de dezoito anos e queimaram o seu corpo. Oito anos depois, o mesmo polícia voltou à mesma casa e agarrou o pai do rapaz. A mulher foi forçada a olhar enquanto os polícias amarraram o seu marido sobre um monte de lenha, derramaram gasolina sobre o corpo dele e atearam-lhe fogo.

O tribunal ficou em silêncio quando a mulher idosa, que havia perdido primeiro o filho e depois o marido, teve a oportunidade de resposta. “O que é que a senhora deseja que seja feito ao senhor Van de Brock?” perguntou o juiz. Ela respondeu que queria que o senhor Van de Brock fosse ao local onde haviam queimado o corpo do seu marido e recolhesse as cinzas, a fim de dar-lhe um enterro decente. Com a cabeça baixa, o polícia acenou que concordava. Depois ela acrescentou outro pedido: “O senhor Van de Brock tirou-me toda a minha família, e eu ainda tenho muito amor para dar. Duas vezes por mês, eu gostaria que ele viesse até ao gueto e passasse o dia comigo, de modo que eu possa ser uma mãe para ele. E gostaria que o senhor Van de Brock soubesse que ele foi perdoado por Deus, e que eu também o perdoo. Eu gostaria de abraçá-lo, para que ele saiba que o meu perdão é verdadeiro.”

Espontaneamente, alguns dos presentes começaram a cantar o hino *Maravilhosa Graça* [Amazing Grace] quando a senhora idosa se encaminhou para o banco das testemunhas, mas Van de Brock não ouviu o hino. Ele desmaiara, completamente arrasado pela emoção. Não se fez justiça naquele dia na África do Sul, como não se fez no país inteiro durante os meses dos dolorosos processos da Comissão de Verdade e Reconciliação. Algo para além da justiça aconteceu. “Não se deixem vencer pelo mal, mas vençam o mal com o bem”, disse Paulo. Nelson Mandela e Desmond Tutu entenderam que, quando o mal está feito, só uma resposta pode vencê-lo. A vingança perpetua o mal. A justiça pune-o. O mal é vencido pelo bem se a

parte ofendida o absorver, recusando-se a permitir que ele avance ainda mais. E esse é o modelo de graça do outro mundo que Jesus mostrou na sua vida e morte.



El Greco, pormenor de "Pentecostes" (c. 1596-1600), Museu do Prado, Madrid.

NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (8)

Creio no Espírito Santo – sopro, brisa e poder de Deus

Vítor Rafael | 17/08/2025

Este é o oitavo texto sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.

No célebre quadro de El Greco, *O Pentecostes*, o famoso pintor que viveu em Espanha em finais do século XVI e princípios do século XVII, pretende retratar a descida do Espírito Santo, ali simbolizado como uma pomba que desce como línguas de fogo sobre os que estavam no cenáculo. A iconografia não deixa também de nos remeter para o mistério da Terceira Pessoa da Trindade. O que se sabe do Espírito, da sua obra e acção? O que se quer dizer quando se professa “cremos no Espírito Santo”?

Talvez a figura mais enigmática e menos compreendida da Trindade seja a terceira pessoa, ou seja, o Espírito Santo. No Antigo Testamento e no início na criação do mundo, o Espírito (*ruah*) movia-se já sobre as águas (Génese 1:2). Embora a palavra hebraica *ruah* tenha imensos significados nas escrituras, grosso modo, quando se refere ao Espírito de Deus, tem o sentido de sopro, brisa, vento ou poder de Deus. Até a própria palavra vento, que é geralmente sinónimo de poder, é utilizada para significar respiração violenta pelo nariz ou pela boca.

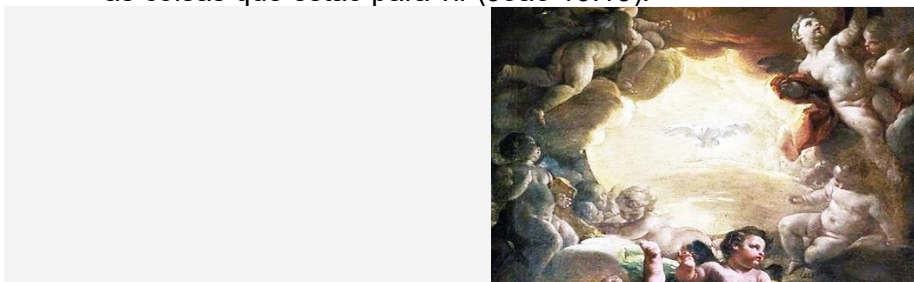
Para os povos da Antiguidade, a respiração é sinónimo de vida, algo que separa os vivos dos mortos. O vento, tal agente animador e que não se pode ver ou sentir, move as ondas do mar, as copas das árvores, impulsiona também os navios no alto mar, o moinho que mói o trigo, assim é a sua força que a todos anima e a tudo quanto rodeia. Não admira, pois, que as pessoas pensassem no vento e no hálito como manifestação de Deus dentro de si próprias e no próprio mundo.

O Espírito Santo, sendo totalmente Deus, é de alguma maneira, também ele, distinto de Deus, o Pai, e de Deus, o Filho. Simplificando, poderemos afirmar que Deus Pai cria o mundo, o Filho o redime e o Espírito trabalha e atua nele. É, pois, o Espírito, que é invisível, mas que pode ser sentido, aquele que nos sustenta e nos inspira. Mas como é que o Espírito Santo trabalha? Qual é o objetivo da sua obra em cada pessoa? Alguns associam o Espírito a estados místicos ou as experiências incomuns, tais como ter visões, sonhos, revelações, falar línguas estranhas, ter dons de curar, mas essas são apenas manifestações secundárias da obra do Espírito.

A fim de compreendermos melhor a obra do Espírito Santo, gosto imenso de ler aquilo que Jesus diz acerca dele, no seu longo discurso da despedida que se encontra no Quarto Evangelho. O evangelista coloca no discurso de Jesus uma palavra grega, παράκλητος (*paráklētos*) que é traduzida para o nosso português como “aquele que consola ou conforta”; “aquele que encoraja e reanima”; “aquele que revive”; “aquele que

intercede no nosso favor como um auxiliador”. Ora, *paráklētos* será entendida pelos primeiros cristãos como referindo-se ao Espírito Santo e como sinónimo do Espírito de Deus. É o próprio Jesus, que no seu discurso fala acerca do Espírito, afirmando que

- Ele é o auxiliador que o Pai enviará em seu nome, que ensinará todas as coisas e lembrará tudo o que Ele disse (João 14:25).
- Ele é o espírito da verdade que procede do Pai, e que testemunhará a respeito dele (João 15:26).
- Ele é Aquele que ficará sempre convosco (João 16:5-7).
- Ele conduz à verdade, não falará a partir de si próprio; mas, tudo quanto ele ouve, falará; e anunciará as coisas que estão para vir (João 16:13).

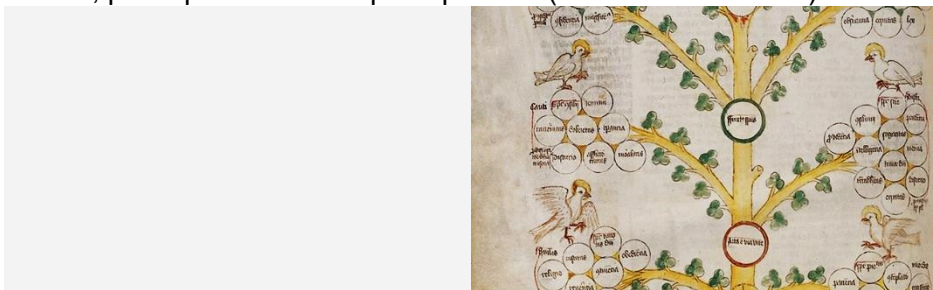


Corrado Giaquinto, “O Espírito Santo”, ca. 1755. / Wikimedia Commons

De salientar também a acção do Espírito como testemunha (1 João 5:7) e como o professor (1 João 2:27). Primeiramente, Ele convence-nos de que Jesus Cristo é o Filho de Deus e que desceu, como dirá o Credo Niceno, “para nós homens e para nossa salvação”. Segundo, Ele ensina, a nós como crentes, que somos filhos e herdeiros de Deus com Cristo (Romanos 8:16). Finalmente, Ele testemunha acerca de Cristo e leva também a dar testemunho dele ao mundo (João 15:26).

Com base no que o apóstolo Paulo escreve na sua primeira carta à igreja de Corinto, o Espírito Santo concede à Igreja os dons. As manifestações do Espírito são “presentes” para fortalecimento e edificação da Igreja. Paulo pede mesmo para que “demandemos o amor, desejemos zelosamente as coisas espirituais” (1 Coríntios 14:1). Dons, como o da sabedoria, do conhecimento, da fé, das curas, dos milagres, da profecia, do discernimento de espíritos, da variedade de línguas e da interpretação das línguas, conforme lista exposta nessa carta à comunidade de Corinto (1 Coríntios 12:8-10), são assim manifestos e disponibilizados pelo Espírito individualmente a cada um dos crentes, conforme Ele quer (1 Coríntios 12:11).

Muito se tem discutido entre as igrejas acerca da continuidade de alguns dos dons do Espírito após o Pentecostes. Para algumas denominações protestantes – as cessacionistas – os dons de falar em línguas, de interpretação de línguas, limitaram-se somente à Igreja primitiva. Para outras igrejas, outros dons, como o de curas e de milagres podem ocorrer, desde que operados directamente por Deus. Podemos, no entanto, afirmar que as escrituras em nada afirmam explicitamente que os dons do Espírito alguma vez cessariam. Talvez um dos únicos versículos que os cessacionistas gostam de evocar em apoio das suas posições, seja 1 Coríntios 13:8, em que Paulo afirma que as línguas cessarão, mas o mesmo afirma para o dom das profecias e do conhecimento. Paulo não diz aqui quando esses dons acabariam mas, no contexto de todo o capítulo, talvez a chave esteja no último versículo, remetendo escatologicamente para o final de todas as coisas, para quando vier o que é perfeito (1 Coríntios 13:9-10).



Árvore dos Sete Dons do Espírito Santo, dos manuscritos medievais.

Finalmente, não poderíamos deixar de falar acerca da experiência do Espírito Santo. Já nos movimentos de avivamento do século XIX tinha havido o testemunho de pessoas que descreviam ter tido manifestações do Espírito Santo nas suas vidas. Mas será nos inícios do século XX, numa pequena reunião da Igreja Metodista Episcopal na Rua Azusa, em Los Angeles (EUA), que o pastor William Seymour e o seu pequeno grupo de irmãos que se reuniam periodicamente orando pelo derramamento do Espírito Santo, começaram a falar em línguas, experimentando assim um novo pentecostes.

Desde então, esta experiência, a que muitos chamam de redescoberta do Espírito Santo, irá dar origem a um dos maiores dinamismos da Igreja contemporânea, o movimento pentecostal, sendo hoje em dia o que mais tem crescido em todo o mundo, ocupando o segundo lugar nas estatísticas, logo após o catolicismo. Também na década de 1960, no seio da própria Igreja Católica e através de um pequeno grupo em Duquesne (Estados Unidos), se deu início ao movimento de Renovação Carismática Católica, experimentando também eles o baptismo do Espírito Santo.

O livre exercício dos dons espirituais foram largamente estimulados e exercidos entre as igrejas primitivas até à altura em que a Igreja se começou a institucionalizar. A relação entre as instituições religiosas e os movimentos carismáticos nunca foram tranquilas. Numa Igreja hierárquica que se vai impondo a pouco e pouco a partir do século II, ou até mesmo clerical, o magistério irá sufocando gradualmente a voz de muitos que alegavam falar em nome do Senhor.

Já assim tinha sido no período Veterotestamentário. Muitos dos profetas que, por intermédio do Espírito de Deus, falavam em nome do Senhor, tiveram problemas com a classe sacerdotal e muitos eles foram até mortos, como o disse o próprio Jesus (Lucas 11:51). São de Jesus as palavras “O sopro, onde quer, sopra. E ouves a sua voz. Mas não sabes de onde vem nem para onde vai. Assim é todo aquele que nasceu do espírito”. O Espírito Santo é e deverá ser sempre a força vital da Igreja e os que são guiados pelo Espírito, são, como disse o Papa Francisco, como uma espécie de barco à vela, que são levados pelo vento, pelo sopro de Deus, continuando a tarefa de Jesus, quais agentes do Seu Reino. Cremos no Espírito Santo.



Primeiro Concílio de Niceia, pintura mural na igreja de Stavropoleos, Bucareste, Roménia. Foto © Kostisl / Wikimedia Commons

NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (9)

Na Santa Igreja Universal – um só corpo, com muitos membros

Vítor Rafael | 18/08/2025

Publicamos hoje o nono texto sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião

Na Santa Igreja Católica [Universal]

A imagem pretende retratar o primeiro Concílio Ecuménico de Niceia, convocado pelo imperador romano Constantino no ano de 325. Neste concílio foram criadas pela primeira vez declarações de fé e cânones da ortodoxia doutrinária, com a intenção, obviamente, de definir a unidade das crenças para toda a cristandade. Mas, ao longo da história da Igreja, ocorreram diversos cismas e divisões no seu interior. O que se pretende afirmar com a crença na Santa Igreja Católica? Será a união de todas as igrejas cristãs pretendida por alguns ou será antes a união mística, composta por todos os crentes de todos os tempos e de todos os lugares, os quais aceitaram Jesus como cabeça?

Segundo dados estatísticos, dos cerca de quase dois mil milhões e meio de cristãos que existem em todo o mundo, metade identificam-se como católicos romanos. A outra metade está dividida entre milhares de denominações protestantes, ortodoxas e outras comunidades minoritárias. Neste artigo do Credo, existe

pelo menos uma palavra que divide os cristãos católicos romanos dos protestantes, a palavra latina *catholicam* ou grega *καθολικὴν*, traduzida respectivamente por católica e universal. Não existem ambiguidades quanto ao significado, pois tanto o termo latino como grego significam universal, mas é consensual que, quando o termo católica é usado em letras minúsculas, distingue a fé ou a Igreja como um todo, independentemente do lugar, cultura ou classe, em oposição a determinado grupo de cristãos, como, por exemplo, a Igreja Católica Romana.

Contrariamente ao que se possa pensar, a Igreja, mesmo nos seus primórdios, nunca foi homogênea. Paulo, na sua Primeira Carta aos Coríntios, depara-se já com divisões internas entre os membros dessa comunidade (1 Coríntios 11:18). Muitos dos Pais da Igreja, como Clemente de Roma, Inácio e Ireneu, registam igualmente nas suas cartas e homilias condenações àqueles que promovem divisões e contendas entre os irmãos.



Michael Damaskinos (1530–1593): Retrato imaginado de Ário (detalhe de um ícone da Escola Cretense, c. 1591, representando o Primeiro Concílio de Nicéia).

Ocorreram sucessivas divisões no seio da Igreja. As primeiras deram origem à Igreja Ortodoxa Copta, no ano 451. No ano de 1054, dá-se o Grande Cisma que divide praticamente a Igreja em dois grandes blocos, a Ocidental, latina, e a Oriental, ortodoxa grega. No século XVI, ocorre outra grande divisão com a Reforma Protestante, encabeçada pelo monge agostiniano Martinho Lutero. Não era, de facto, intenção de Lutero dividir a Igreja, mas sim dar início a um amplo debate com vista a uma profunda reforma da mesma face à corrupção e forma como o alto clero se comportava e a dirigia. Não conseguindo, infelizmente, alcançar esse objectivo, o movimento acenderá um rastilho que irá ocasionar o surgimento de inúmeras denominações independentes até aos dias de hoje. Calculam-se que existam actualmente mais de trinta mil denominações cristãs em todo o mundo.

Temos assim, actualmente, imensas instituições cristãs, cada uma com a sua própria história, cultura, corpo doutrinário, tradições e liturgia. Mas, apesar das diferenças que possam existir entre cada uma delas, podemos afirmar desde já que a palavra igreja (do grego, *ekklesia*) significa basicamente “os chamados para fora”, um grupo de pessoas distinto, seleccionado e tirado para fora de algo. Se podemos definir essa “congregação” como a totalidade dos crentes que vivem num determinado lugar, numa igreja local, também podemos defini-la como a Igreja universal, mística, composta por todos os crentes de todos os tempos e de todos os lugares, os quais aceitaram Jesus como cabeça. As escrituras usam várias metáforas para falar da Igreja, mas uma das mais famosas é certamente a do corpo (Romanos 12:5; Efésios 1:22-23; Colossenses 1:18). Todos os cristãos formam um só corpo em Cristo, individualmente são membros uns dos outros, mas Cristo é a cabeça da Igreja. Talvez seja esse o sentido mais amplo da palavra “católica” no credo.

Já quando o Credo diz que a Igreja é santa (do grego *hagios*, separado), não é certamente devido ao facto de as pessoas que a constituem serem mais “boas” do que as outras que não fazem parte dela, mas simplesmente porque Jesus assim a adjectiva (Efésios 5:25-26). A Igreja é assim constituída por aqueles que, sendo falíveis e imperfeitos como qualquer um, são amados por Deus. O próprio Deus se refere à Igreja como propriedade sua (Tito 2:14).

Na comunhão dos santos



Pintor espanhol anónimo (c. 1400): A Trindade Adorada por Todos os Santos. Metropolitan Museum of Art (Nova Iorque)

A palavra comunhão, do grego *κοινωνία* (*koinonia*), significa participação, ter em comum, compartilha. O relato dos Atos dos Apóstolos, onde a palavra aparece pela primeira vez, revela bem o espírito de partilha entre os primeiros cristãos, os quais “Perseveravam no ensinamento dos apóstolos e na solidariedade, na fração do pão e nas orações” (Atos 2:42). A própria palavra comunhão está intimamente ligada a uma outra, a eucaristia, que era usada para indicar as “ações de graças” antes das refeições, tanto informais como as que estavam associadas à ceia do Senhor. Será através da comunhão íntima que temos uns com os outros que temos também a comunhão plena com o Senhor (1 Coríntios 10:16-17).

A comunhão (do grego *koinonia*) com os santos, pressupõe igualmente, tal como é proposto pelo autor da Carta aos Efésios, o esforço para a unidade de todos os crentes. Existe um só corpo, um só Espírito, uma só esperança. Existe um só Senhor, uma só fé, um só baptismo, um só Deus e Pai de todos, que é sobre todos, por meio de todos e em todos (Efésios 4:3-6).

Não se esperará que haja homogeneidade na Igreja. Ela nunca existiu. Também essa noção de que uma só facção ou tradição da Igreja detenha só ela a verdade é no mínimo risível, especialmente quando a verdade de que falamos é o próprio Deus. Só Ele é a Verdade. Talvez as várias tradições da Igreja devam ser vistas como as diferentes facetas de um diamante refractando a mesma luz ou como um só corpo que tem muitos membros. As diferenças que existem entre as diferentes igrejas podem e devem ser motivo de celebração, se tão-somente se acredita que o Espírito Santo vivifica, unifica e move todo o corpo da Igreja, porque n’Ele somos igualmente todos baptizados (1 Coríntios 12:13).



Rembrandt, O Regresso do Filho Pródigo (detalhe), C. 1668. Museu Hermitage, São Petersburgo, Rússia

NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (10)

Na remissão dos pecados – perdoar sempre

Vítor Rafael | 19/08/2025

Publicamos hoje o décimo texto sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.

Na remissão dos pecados

Somos perdoados por Deus dos nossos pecados, mas somos igualmente chamados a perdoar – essa é a convicção cristã. O perdão cura, cura das amarguras, dos ressentimentos, vinganças e ódios. Mas liberta para o amor. Não foi isso que o Mestre ensinou no seu magistral Sermão da Montanha? Não deseja Ele que todas as pessoas perdoem até ao infinito? O perdão dos pecados, para uns um sacramento, para outros uma marca intrínseca a todos os que são cidadãos do Reino dos Céus, está afinal enraizado nas profundezas do Pai, cujas misericórdia e amor são eternos.

Qual é a definição de pecado? De acordo com os principais catecismos da fé cristã, e grosso modo, pode-se definir pecado como sendo o desrespeito a algum preceito religioso, uma transgressão da lei de Deus ou

até mesmo aos mandamentos de uma igreja. Para o autor da Primeira Carta de João, “Todo aquele que pratica o pecado transgredir a Lei; de facto, o pecado é a transgressão da Lei” (I João 3:4). Tanto o termo hebraico como grego para pecado significam “errar”, no sentido de errar ou não atingir um alvo, ideal ou padrão.

No judaísmo, é comum a ideia de que todos os seres humanos nascem livres de pecado, sendo responsáveis pelas suas próprias acções: pecado é um ato errado e não um estado do ser. Já o conceito cristão, fortemente influenciado pela doutrina do pecado original de Agostinho de Hipona, defende que o ser humano nasce já contaminado pelo pecado desde a concepção, necessitando assim de redenção. A doutrina reformadora calvinista afirma mesmo que a natureza humana pecaminosa é totalmente depravada, não tendo a mínima capacidade de aceitar livremente o senhorio de Cristo, nem tendo livre-arbítrio.

O relato da queda em nada indica que os seres humanos são totalmente maus. Tanto o homem como a mulher, criados à imagem de Deus, não deixaram de ter em si essa imagem e, embora agora distorcida e danificada, continuam a poder escolher livremente fazer o bem. Paulo explica mesmo em Romanos 2:11-15 que mesmo um gentio não salvo, sem nenhuma revelação de Deus, tem uma consciência que pode guiá-lo a obedecer à lei. Podemos assim, apelar para a consciência que Deus nos deu, endurecer o nosso coração ou abri-lo à Sua presença.

Mas os mistérios do mal e do pecado desafiam a fé de muitos. Não existem respostas fáceis, mas o mal ético é uma possibilidade do livre-arbítrio, fruto de uma escolha. O relato das origens no livro do Génesis, remete certamente para uma linguagem mítica, entendida como uma representação de verdades profundas acerca da nossa condição humana, da nossa finitude e da nossa relação com Deus. O pecado é então algo que lesa a nossa relação pessoal com Deus, com o nosso próximo e até com o mundo que nos rodeia.



Benedetto Luti (Florença 1666 – 1724), *Maria Madalena no Banquete do Fariseu* (detalhe). Coleção National Trust / Wikimedia Commons

Ao afirmarmos que cremos na remissão dos pecados, acreditamos igualmente no perdão dos pecados. A palavra grega frequentemente traduzida como “perdão”, ἄφεσιν (*aphesin*), significa deixar ir, libertar, perdoar. Toda a nossa história é repleta de relações de uns com os outros. Reagimos por pensamentos, palavras e ações, umas boas e outras erradas que nos poderão afectar mutuamente. Mas como resolver os danos dos nossos pecados e erros? O autor da epístola de Tiago, na tradução de Frederico Lourenço, sabiamente recomenda o reconhecimento mútuo dos pecados como método terapêutico: “Por isso reconhecei os erros uns perante os outros e rezai uns pelos outros, para que sejais curados” (Tiago 5:16). Todo o pecado não perdoado é, na verdade, algo que não liberta, que nos aprisiona, nos amargura, nos corrói interiormente. Por isso precisamos de perdoar, mesmo as maiores atrocidades que possam ter cometido contra nós. No Sermão da Montanha, nesse manifesto do Reino proclamado por Jesus, é pedido que se amem os inimigos e se ore pelos que nos perseguem (Mateus 5:44). Jesus mesmo pede que se perdoe sempre (Mateus 18:22).

O perdão é efectivamente uma das marcas do Reino de Deus, dos seus cidadãos e inclusive do próprio Deus “Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso.” (Lucas 6:36-38). Jesus afirma mesmo que a verdadeira perfeição, a verdadeira maturidade a que se deve aspirar, é ser como o Pai, o qual, sendo misericordioso, redime e perdoa de todos os pecados.

Cremos igualmente na ação redentora e na vitória do Senhor sobre os pecados e erros. O Pai já “nos salvou do domínio da escuridão e nos transferiu para o reino do filho do Seu amor, no qual temos redenção: a libertação dos erros (pecados)” (Colossenses 1:13). A grande tarefa dos seguidores de Jesus é agora, essencialmente, lembrar e levar o perdão a todos os que, a despeito das suas imperfeições e pecados, necessitam igualmente ser libertados e transformados pelo amor do Senhor. Cremos no perdão dos pecados.



Luca Signorelli: Ressurreição dos mortos (1499-1502). Fresco na Catedral de Orvieto, Itália.

NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (11)

Na ressurreição da carne – habitar com Deus

Vítor Rafael | 20/08/2025

Publicamos hoje o décimo primeiro e penúltimo texto sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.

Na ressurreição da carne

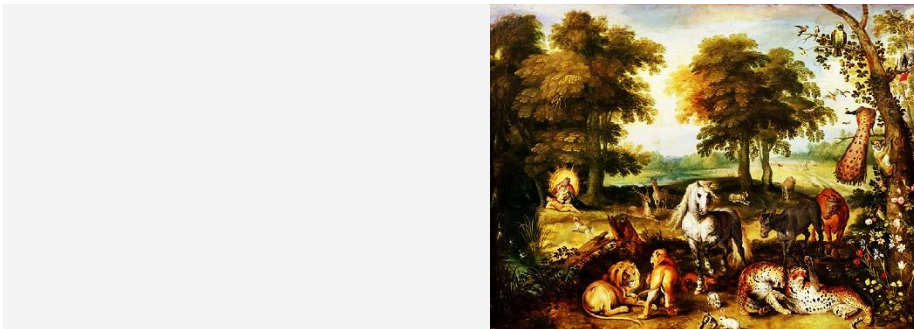
Creemos na ressurreição da carne. Este artigo do Credo de Niceia era uma resposta aos gnósticos que afirmavam que não havia ressurreição da carne. Mas como interpretamos nos dias de hoje a ressurreição da nossa carne, da nossa debilidade? Para alguns, a ressurreição é ir para o céu, onde estaremos para sempre com Deus. Mas seria essa a ideia dos primeiros cristãos? Como entendiam eles a ressurreição da carne?

A morte é deveras um problema para o ser humano. A ideia de finitude humana, a de que um dia deixaremos de viver, aterroriza todos nós. Mas é deveras um facto que, assim que nascemos, começamos a envelhecer, a morrer aos poucos, até ao dia em que seremos confrontados com a própria morte. Nas nossas sociedades ocidentais, teima-se em fazer da morte um tabu. Evitamos falar dela aos mais novos e ignoramo-la nas nossas conversas do nosso dia a dia. A velhice, a doença e tudo o que nos faz lembrar a morte são temas que evitamos. Os próprios doentes são arremessados para um recôndito quarto algures num hospital, longe da família e dos amigos. O luto, cada vez mais privado e solitário, é quase suprimido e feito de maneira muito rápida. Esse medo do desconhecido, da nossa extinção, da escuridão, da solidão e do sofrimento, é afinal uma marca indissociável da nossa fragilidade e finitude.

Mas o Credo afirma enfaticamente que a morte não é o fim. Talvez um dos melhores textos que dispomos nas escrituras e que realça a centralidade da doutrina da ressurreição, seja o capítulo 15 da primeira carta do apóstolo Paulo aos Coríntios. Depois de ter mostrado as evidências acerca da ressurreição do Senhor (1 Coríntios 15:1-8), Paulo afirma mesmo que, se de facto a ressurreição não ocorreu, é vã toda a fé. O Senhor foi as primícias dos que morreram (versículo 20). Ora as “primícias” remete para uma leitura no Antigo Testamento, em Levítico 23:10-11, onde os primeiros frutos, que eram levados perante o Senhor, consagravam toda a restante colheita. Paulo está aqui a afirmar que Jesus é como esse feixe, o das primeiras colheitas, representando toda a restante colheita. Através da Sua morte e ressurreição, garante a todos nós, inclusive ao que estão já mortos e aos que um dia viverão, a vitória sobre a morte através da ressurreição do corpo.

Paulo fala de um corpo glorioso, “psíquico” que, tal como o de Jesus, iremos um dia ter, preparado para essa nova criação que Deus tem em mente estabelecer. Entre os versículos 35 e 49 desse mesmo capítulo 15 da Primeira Carta aos Coríntios, Paulo responde a algumas perguntas que a Igreja lhe tinha colocado

acerca da natureza desse corpo. O corpo ressuscitado é corpo “psíquico” (*sôma psukhikón*, ou seja, corpo dotado de vida humana) (I Coríntios 15:44). Algumas versões traduzem *psukhikón* por espiritual, o que pode gerar alguma confusão, ao pensar nesse corpo como sendo não corpóreo. Não será um corpo “mundano”, mas sim “espiritual”, um corpo que terá em si a reversão de toda a decadência e vaidade, e que tanto caracteriza os nossos corpos actuais. Esse glorioso corpo estará assim preparado para uma vida plena de propósito, no sentido do mesmo ser uma transformação radical do nosso “eu” e do nosso paradigma de relacionamento com Deus.



Jan Brueghel, o Velho (1568-1625): O Paraíso Terrestre, pormenor de animais, (1607-08). Museu do Louvre, Paris.

Mas ressurgirmos para onde e para quê? Existe hoje em dia a ideia muito divulgada que, depois de ressurgirmos, iremos todos para o Céu, onde estaremos para todo o sempre com os anjos em perpétua adoração e louvores a Deus. Essa ideia, influenciada pela filosofia grega platónica, além de ensinar a imortalidade da alma, também afirmava que as almas retornariam para Deus, de onde eram originárias. Não era essa a ideia dos primeiros cristãos, os quais acreditavam que, nessa nova criação, Deus traria o Céu à Terra (Apocalipse 21:1-2). Para muitos de nós ainda é muito difícil, nos dias de hoje, entender essa realidade: os muitos hinos que cantamos, as orações proferidas e os sermões que ouvimos, persistem em falar de nós “indo para o céu”.

Muitas passagens das escrituras enfatizam a ideia de que um dia o próprio Deus viria habitar no meio de nós, ideia tão bem espelhada na tenda do tabernáculo, nessa peregrinação perpétua que faremos um dia com o nosso Deus. O texto do Apocalipse afirma mesmo essa ideia extraordinária: “Eis o tabernáculo de Deus no meio dos seres humanos. E Ele habitará com eles, e eles serão os Seus povos; e Ele próprio estará com eles [como] Deus deles.”. Afirma mesmo que “já não haverá noite e não precisarão de luz da candeia e de luz solar, porque o Senhor Deus os iluminará; e reinarão pelos séculos dos séculos.” (Apocalipse 22:5). Talvez tenhamos de repensar a ressurreição da carne numa perspectiva holística, em que todo o cosmos, todo o universo que Deus criou, estão igualmente incluídos nos planos de Deus. Faz agora sentido que, embora ainda que não totalmente realizável, possamos ser igualmente responsáveis no cuidado da natureza e de toda a criação de Deus, aqui e agora.

Antes de mais importa fazer aqui um pequeno poslúdio, para expor uma questão acerca da dicotomia entre o corpo e alma, a qual não era assim tão evidente no judaísmo antigo. A alma está seguramente ligada à vida (Génese 9:4; Levítico 17:11). A palavra “alma” é traduzida da palavra hebraica *nephesh*, sendo igualmente usada para se referir a outras criaturas, como é usada na passagem de Génese 1:24. Certamente que hoje em dia temos uma definição diferente para a palavra “alma”, mas, para os hebreus, significava simplesmente uma criatura viva e corpórea – tanto podia ser humana, animal, peixe, ave ou insecto. Hoje, de facto, as traduções modernas da Bíblia geralmente traduzem *nephesh* em Génese 2:7 como “ser vivo” ou “criatura viva”. O autor do livro sapiencial de Eclesiastes afirma que “os vivos sabem que morrerão, mas os mortos nada sabem; para eles não haverá mais recompensa” (Eclesiastes 9:5). Igualmente, os profetas Isaías e Ezequiel apenas se referem à ressurreição dos mortos (Isaías 26:19, Ezequiel 37:28) e não à imortalidade da alma. Será tão somente no período inter-testamentário, no livro do profeta Daniel e certamente influenciado pelas ideias gregas da imortalidade da alma e pelo zoroastrismo, que se dá esse avanço de afirmar que, na ressurreição final, uns irão para a vida eterna, outros para o desprezo eterno (Daniel 12:2).



Ressurreição (detalhe). Mosaico, séc. XIII. Basílica de São Marcos, Veneza (Itália).

NICEIA, 1700 ANOS: UMA LEITURA ATUAL (12)

Cremos na vida eterna – renovar todas as coisas

Vítor Rafael | 21/08/2025

Publicamos hoje o décimo segundo e último texto sobre 1700 anos do Concílio de Niceia (atual İznik, Turquia), de uma reflexão de Vítor Rafael, colunista regular do 7MARGENS, doutorando em História e Cultura das Religiões pela FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador na Universidade Católica Portuguesa – Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião.

Cremos na vida eterna

A imagem de capa é de um ícone que retrata a vitória de Jesus sobre a morte e o Inferno, restaurando e concedendo a vida eterna a todos. Cremos na vida Eterna. Como entendemos hoje a vida eterna? Qual o significado de Céu? Muitos acreditam que seja um lugar bem real, mas como é ele exactamente? Onde situá-lo? E acerca do Inferno? São alguns temas que serão expostos e analisados neste último artigo sobre o Credo Apostólico dos cristãos.

Na vida eterna

Para a grande maioria daqueles que se assumem como cristãos, possivelmente já terão ouvido ou lido algures que o seu destino eterno dependerá de terem sido boas ou más pessoas aqui na terra. Para outros, no caso dos cristãos protestantes e reformados, esse destino final está marcado, se e tão-somente tiverem feito a famosa oração do pecador, arrependendo-se dos seus pecados e aceitando Jesus como o seu único e suficiente salvador. É muito difícil entender esta última posição, uma vez que coloca as pessoas que viveram ou vivem sem nunca terem ouvido falar de Jesus directamente no inferno. Não é o que afirma Jesus quando diz “Quem nele crê não é condenado. Mas quem não crê já está condenado, porque não creu no nome do filho unigénito de Deus.”? (João 3:18).

Não há como contornar essa ideia que existe entre nós, de haver dois caminhos que nos guiarão após a nossa morte, um para o “céu” e outro para o “inferno”. No Evangelho de João, o próprio Jesus afirma: “Não vos espanteis com isso, porque está chegando a hora em que todos os que estão nos túmulos ouvirão a sua voz; e sairão, os que tiverem praticado o bem, para uma ressurreição de vida; e os que tiverem praticado o mal, para uma ressurreição de julgamento.” (João 5:28-29). Como podemos entender essa ideia, como surge ela nas escrituras?

Começemos pelo inferno. Em primeiro lugar, não existe na Grécia antiga, palavra equivalente a “inferno”, tal como a entendemos. Na mitologia grega existe a palavra *hades*, que é o submundo ou o lugar dos mortos, para onde todos vão após a morte. Existia uma excepção, o tártaro, um conjunto de cavernas e de grutas situadas nas profundezas do Hades, onde eram aprisionados os deuses inferiores do Olimpo. Nas escrituras hebraicas não existe qualquer referência aos infernos. A palavra hebraica *sheol*, muitas vezes traduzida incorrectamente por inferno, não é nada mais do que o lugar para onde todos vão após morrer, tanto bons

como maus. Na tradução grega do Antigo Testamento, utiliza-se a palavra *hades* para traduzir *sheol*, ou seja, simplesmente o lugar dos mortos. Só no livro de Daniel, escrito no segundo século antes de Cristo e já sofrendo a influência helenística e do zoroastrismo, é que iremos verificar a ressurreição de uns, para a vida eterna, e de outros para a vergonha e desprezo eterno (Daniel 12:1-2).



Valentin de Boulogne (1591–1632): “Última Ceia” (1625-26), Galeria Nacional de Arte Antiga, Roma. / Wikimedia

No Novo Testamento, além da palavra *hades*, o lugar dos mortos, e da palavra *tártaro*, outras passagens referem a palavra *geena*, um lugar fora das muralhas da cidade de Jerusalém, o vale de Hinom, onde outrora tinham ocorrido sacrifícios de crianças e práticas de idolatria. Nos tempos de Jesus, a *geena* era praticamente uma lixeira, onde eram lançados igualmente animais e corpos de criminosos executados, aos quais se acrescentava enxofre para acelerar a incineração. Quase todas estas palavras gregas, são, infelizmente, traduzidas nalgumas versões pela palavra inferno (do latim *infernus*), terrível local de tormento eterno, preparado para o diabo com os seus anjos e para os ímpios. Esta imagética vai-se desenvolvendo aos poucos, sobretudo nos tempos medievais, com *A Divina Comédia*, de Dante. Será essencialmente esta obra, com as suas visões horrendas do Inferno, que irá ter forte influência no pensamento e na cultura ocidental desde então.

A cosmologia judaica antiga era praticamente tripartida, compreendendo os céus, a terra e o *sheol*. Os céus são a morada de Deus e dos seus anjos. Mais tarde alguns judeus elaboraram um sistema de sete céus, sendo o último, o mais santo de todos, onde está o Trono de Deus com a presença dos seus sete arcanjos. Debaixo do Trono de Deus, está a morada de todas as almas humanas ainda por nascer. Ainda não chegámos à ideia de que, após a morte, as almas dos justos sigam para o céu. Os mortos, tanto justos como injustos, ricos ou pobres, livres ou escravos, vão para o *sheol*, o submundo. Somente com a destruição do Templo, no ano 586 a.C, com o surgimento da escatologia apocalíptica judaica, é que alguns profetas começaram a prever um futuro melhor para o seu povo. Novamente no livro de Daniel, capítulo 12, o profeta afirma que os que “dormem no pó da terra acordarão: uns para a vida eterna (...). Aqueles que são sábios reluzirão como o brilho do céu, e aqueles que conduzem muitos à justiça serão como as estrelas, para todo o sempre”. Aqui os justos são já membros da assembleia divina nos altos céus, junto de Deus (ver Isaías 14:13), conforme as mitologias semíticas de então.

O céu, como o entendemos, lugar para onde os justos irão um dia estar, surge somente então algures entre os dois séculos que antecedem a vinda de Jesus. Nos livros dos Macabeus, cujo episódio é referenciado pelo autor da homilia aos Hebreus em Hebreus 11:35, conta-se o episódio de uma mãe e dos seus sete filhos martirizados às mãos de Antíoco Epifânio. O narrador aponta solenemente que “particularmente admirável e digna de elogios foi a mãe que viu perecer os seus sete filhos no espaço de um só dia e o suportou com heroísmo, porque a sua esperança repousava no Senhor” (2 Macabeus 7:20). Cada um dos filhos proferiu um discurso antes de morrer e o último diz que os seus irmãos “participam agora da vida eterna” (2 Macabeus 7:36).

Estas histórias do livro dos Macabeus, mudaram certamente a maneira de pensar acerca do destino das suas almas imortais (ideia, conforme já referido, que vem da filosofia grega, designadamente a platónica). Mas porque ocorreu essa mudança repentina? Se até então se acreditava na morte apenas como um fenómeno puramente natural que marcava o fim da vida? A explicação estará na perseguição movida aos judeus por Antíoco IV Epifânio em 167 a.C., na dispersão dos mesmos e na impossibilidade de agora estarem juntos dos seus familiares e dos sepulcros dos seus antepassados.



Peter Paul Rubens (1577–1640): *Cristo triunfante sobre o Pecado e a Morte*, c. 1615-1620. Palácio Nacional de Belém.

Jesus mudou todo o pensamento acerca do céu. São com palavras como estas que Ele instrui os seus discípulos: “Ao seguides caminho, anunciai dizendo que ‘ficou próximo o reino dos céus!’” (Mateus 10:7). É inegável a centralidade do Reino dos Céus (ou de Deus) no discurso de Jesus nos evangelhos sinópticos. Ao longo dos discursos de Jesus e das parábolas acerca do Reino dos Céus, da sua acção junto das pessoas, ficamos com a sensação que o Reino dos Céus, ou o Céu, não era tanto um lugar físico, mas antes um estilo de vida do Reino do Seu Pai e uma lealdade a um Rei (o próprio Jesus) que iniciou esse grande projecto revolucionário, que é a restauração de todas as coisas. Concordo com N. T. Wright quando afirma: “o Novo Testamento não diz o que a maioria das pessoas acredita acerca do Céu, que é apenas um lugar para onde se vai depois da morte. Na verdade, é acerca da criação sendo restaurada através do Reino de Deus, sempre em progresso”. Deus irá fundir o Céu e a Terra, renovando todas as coisas e restaurando-as de todo o mal. Era esse o Céu em que os primeiros cristãos acreditavam.

Finalizando: esses conceitos de Céu e Inferno como lugares de recompensa ou punição eterna foram desenvolvimentos tardios, influenciados inicialmente pela filosofia grega e romana, e depois pela imagética da arte e literatura medievais, em poemas como o Inferno e o Paraíso de Dante. Quando as palavras “céu” e “inferno” aparecem (raramente) nas escrituras, elas geralmente têm um significado diferente do seu contexto original. Curiosamente, os primeiros Cremos, tanto o dos Apóstolos e o de Niceia, sabiamente não fazem qualquer menção ao Céu ou ao Inferno. Cremos na vida eterna, tal como muitos dos primeiros Pais da Igreja, nessa vida que Jesus anunciou e iniciou algures na Galileia. O Reino dos Céus era e é afinal o próprio Jesus em pessoa, cuja vida agora irrompe dentro de todos os que se assumem como seus discípulos, que transforma radicalmente o mundo que nos circunda. Esta grande revolução cósmica de Deus, que está irrompendo já no meio de nós e através de nós, culminará em novos Céus, nova Terra, onde todos, já nessa nova criação totalmente restaurada, estaremos final e eternamente juntos com o próprio Deus. O Céus e a Terra, unidos agora por todas as eras e por toda a eternidade. Cremos na vida eterna.